

REPENSANDO O MUNDO ANTIGO

JEAN-PIERRE VERNANT

&

RICHARD HINGLEY

PEDRO PAULO A. FUNARI

Departamento de História
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

RENATA CARDOSO BELEBONI

RENATA SENNA GARRAFFONI

TRADUTORAS

textos Didáticos

nº 47 – Março de 2002

TEXTOS DIDÁTICOS

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

ISSN: 1676-7055

Diretor: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Diretora Associada: Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão de Publicações:

Coordenação Geral:

Profa. Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação da Revista Idéias:

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Coordenação da Coleção Idéias:

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari

Coordenação da Coleção Trajetórias:

Prof. Dr. Marcio B. Naves

Coordenação das Coleções Seriadadas:

Prof. Dr. Lucas Angioni

Representantes dos Departamentos:

Prof^ª Dra. Maria Suely Kofes – DA,

Prof^ª. Dr^ª Eliane Moura Silva – DH,

Prof. Dr. Lucas Angioni – DF e Prof. Dr.

Fernando Antonio Lourenço – DS

Representantes dos funcionários do setor:

Marilza A. Silva e Sebastião Rovaris

Setor de Publicações:

Marilza A. da Silva e Magalí Mendes.

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

Endereço para correspondência:

IFCH/UNICAMP

SETOR DE PUBLICAÇÕES

Caixa Postal: 6110

CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604 / 1603 - Fax: (019) 3788.1589

pub_ifch@unicamp.br

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

Capa - Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

**SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED**

SUMÁRIO

Introdução	5
<i>Pedro Paulo A. Funari</i>	
Jean-Pierre Vernant: breve nota biográfica	7
<i>Renata Cardoso Beleboni</i>	
Fronteiras do mito	9
<i>Jean-Pierre Vernant</i>	
Richard Hingley: breve nota biográfica	25
<i>Renata Serra Garraffoni</i>	
Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa	27
<i>Richard Hingley</i>	

Introdução

*Pedro Paulo A. Funari*¹

O estudo da Antigüidade, no Brasil, tem sido facilitado, nos últimos anos, pela publicação, de forma cada mais intensa, de documentos antigos, assim como de livros e artigos científicos. Traduzem-se livros de autores estrangeiros e a produção nacional cresce de maneira notável, com compêndios e obras especializadas publicadas tanto em editoras comerciais como acadêmicas. Os alunos de graduação, portanto, nunca tiveram acesso a tanta bibliografia em vernáculo, o que atesta o amadurecimento dos estudos sobre o mundo antigo em nosso país. Neste contexto, a História cultural, em geral, e o estudo da História da própria ciência sobre o mundo antigo constituem campos de particular interesse e florescimento no âmbito internacional e no Brasil. Não são tão numerosos, contudo, os estudos específicos nesses campos publicados em português, até porque essa é uma produção recente. Publicam-se, a seguir, dois textos seminais, traduzidos ao português e para o uso na Graduação, o primeiro deles um texto, inédito em vernáculo, do helenista Jean-Pierre Vernant, sobre um tema importante da História cultural. Richard Hingley, estudioso britânico, produziu, especialmente para este volume, um

¹ Departamento de História, IFCH-UNICAMP, C.Postal 6110, Campinas, SP, 13081-970, pedrofunari@sti.com.br.

Pedro Paulo A. Funari

texto sobre a construção historiográfica inglesa do mundo romano, em uma análise original e crítica da historiografia sobre a Antigüidade romana. A publicação deste volume permitirá, pois, aos alunos de graduação, um acesso excepcional ao que de mais original se tem produzido sobre a Antigüidade.

JEAN-PIERRE VERNANT: breve nota introdutória

*Renata Cardoso Beleboni**

Professor honorário do Collège de France, Jean-Pierre Vernant procurou, ao longo de mais de cinquenta anos de pesquisa, compreender a história interior do homem grego. Uma de suas maiores contribuições ao estudo da Grécia Antiga foi seu estudo sobre o mito. Para o autor, o lugar do mito está reservado na história mental e social do homem grego, portanto, o mito, ou em seu conjunto, a mitologia, é compreendida como um traço desta civilização. O que foi considerado absurdo, em Vernant torna-se um desafio. O mito deixa de ser interpretado como um pensamento irracional e passa a ser entendido como um modo de expressão ligado a uma forma precisa de civilização, a um tipo de crença religiosa. O distanciamento entre *mythos e logos* não é mais visto como necessidade inerente da língua, mas como resultado de transformações mentais. As incoerências do mito não são criticadas por Vernant, mas são compreendidas como uma forma particular de explicação dos fatos. Seus argumentos acerca do mito e da cultura grega, em geral, podem ser encontrados

* Mestra, doutoranda do IFCH/UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari. Prof. do Programa de Estágio Docente - UNICAMP. Professora de História Antiga - FESB - Bragança Paulista.

nos mais de vinte livros publicados por ele, alguns em parceria com Pierre Vidal-Naquet, Marcel Detienne e com Françoise Frontisi-Ducroix. Dentre eles destacamos **As Origens do Pensamento Grego, Mito e Pensamento Entre os Gregos, Mito e Religião na Grécia Antiga, Mito e Sociedade e Mito e Política**, traduzido recentemente. O texto que se segue abaixo é um belo estudo onde expõe as diferentes interpretações a que foi submetido o mito no decorrer da História.

Fronteiras do Mito

Jean-Pierre Vernant*

O que sentimos, exatamente, no espírito, quando nos falamos hoje de mito grego? A resposta não é simples nem fácil. Certamente a palavra “mito” da qual nos servimos, é de boa cepa helênica. Mas no curso da Antiguidade, o sentido de *muthos* teria variado muito sem que nenhum dentre eles, em nenhum momento, tenha inteiramente coincidido com o que, no uso moderno, se designa correntemente por este termo. Um mito, para nós, é um relato tradicional suficientemente importante para ser conservado e transmitido de geração em geração no interior de uma cultura, e que relata as ações de deuses, de heróis ou seres lendários cuja ação situa-se num outro tempo que não o nosso, no “tempo antigo”, um passado diferente daquele que trata a pesquisa histórica. Teríamos, portanto, relação com um tipo de narração cuja especificidade tenderia para a dimensão mais humana dos personagens colocados em cena e ao caráter sempre mais ou menos maravilhoso de aventuras que escapam, por definição, às dificuldades da verossimilhança comum.

* Collège de France. Vernant, Jean-Pierre. “Frontières du Mythe”. In. VERNANT, Jean-Pierre et GERGOUD, Stella (Dir.) *Mythes Grecs au Figuré de l'Antiquité au Baroque*. Paris: Gallimard, coll. “Le Temps des Images”, 1996, pp. 25-42. Tradução de Renata Cardoso Beleboni. Revisão de Pedro Paulo A. Funari.

Pode-se, assim, aproximar o mundo das lendas gregas, de uma parte, aos textos sagrados das grandes civilizações do Oriente-Próximo antigo e da Índia védica, de outra parte, aos relatos tradicionais que os etnólogos recolhem entre os povos sem escrita. Daí a estabelecer a existência de um “pensamento mítico” constituindo, na história da humanidade, um estado primitivo, igualmente distante do espírito dos autênticos religiosos monoteístas e dos meios da razão científica, haveria uma distância: os especialistas do século XIX superaram, felizmente, seguindo sobre este ponto pela opinião comum. Este esquema evolucionista relega o mito ao fundo de seu gueto, realizando uma etapa que é necessário superar, para entregar ao religioso, sua verdadeira face, purificado do mágico, das superstições, da idolatria e para isentar o pensamento da mentalidade pré-lógica na qual ele estaria inicialmente engajado. Esta concepção foi vigorosamente atacada por toda uma série de abordagens novas que conduziram a colocar, em outros termos, os problemas do mito. Começamos pelos historiadores das religiões. Eles mostraram que todo sistema religioso comporta diversos aspectos, por vezes, distintos e interdependentes. Primeiramente, o que se faz: os atos, os gestos rituais, o conjunto das práticas constitutivas do culto; em seguida, o que se apresenta à vista: os fatos de figuração que conferem às divindades um lugar, uma categoria, uma figura visível, quer se trate de imagens ou de formas anicônicas; enfim, o que é dito: palavras pronunciadas, invocações, preces, hinos, discursos sagrados relacionados às potências do além e exprimindo a natureza, as funções, as transformações, os relacionamentos mútuos, as relações com os humanos pelos meios de que dispõe a linguagem. O mito delinea-se, não mais como uma etapa completa que deixaria somente aqui ou ali alguns vestígios, mas como uma das facetas da experiência religiosa, sua parte verbal associada a suas dimensões rituais e figuradas. A questão é não definir por ausência e defeito: irracional, ilógico, irreal e infantil. O problema é, ao contrário, de lhe encontrar um sentido ou an-

tes, de tornar possível reconhecer as significações às quais ele é autenticamente portador. Neste sentido dois tipos de interpretação foram propostas. Primeiramente uma leitura “alegórica” que os Gregos muito cedo praticaram. Trata-se de substituir tal texto como se apresenta na sua literalidade, por uma tradução que faça desaparecer as inverosimilhanças, as anomalias, o fantástico. Decifra-se o relato das aventuras divinas ou heróicas transpondo os acontecimentos relatados do plano lendário onde se situam para um registro de fatos diferentes dos quais seriam a expressão simbólica. Quando coloca em cena Zeus, Hera, Hefáistos, Atena, Afrodite, Apolo, Hércules, Dioniso, o mito falaria da realidade, envolvendo-os de segredo, de forças e da natureza, de noções morais, de asserções filosóficas ou de acontecimentos pertencentes à vida de personagens humanos de antigamente. Para restituir sua verdade, o mito deveria, portanto, parar de ser ele mesmo e manifestar-se, sob seu disfarce fabuloso, conhecimento da natureza, ética, filosofia, saber histórico.

É Schelling que, contrário a esta versão alegórica, o que ele chama o “caráter tautegórico” do mito, inaugurou uma abordagem nova que os especialistas modernos explicaram. O mito não diz “outra coisa”, ele não tem outro sentido que este que ele diz e que não se poderia exprimir em outra linguagem que não a sua. Seu silêncio só reside nele mesmo, na sua forma narrativa. É na sua composição interna, no desenvolvimento do relato, na ordem articulada das seqüências, nas suas homologias ou oposições, nas funções dos diversos atuantes, na natureza das ações onde estão os iniciadores ou as vítimas, que é preciso pesquisá-lo.

Historiadores das religiões, antropólogos, lingüistas estão hoje de acordo sobre a maneira de compreender os relatos, sobre os procedimentos de deciframento a lhe aplicar. Mas, ainda deve-se distinguir duas orientações diferentes segundo a qual segue Georges Dumézil que os trata como mensagens que transmitem senão um ensinamento do meio, o que este autor entende por ideologia – um conjunto articulado de conceitos –,

ou com Claude Lévi-Strauss que quer decifrar um código, do qual se deve descobrir as chaves, sem que este código nada nos faça reconhecer de diferente que seu próprio funcionamento, seu modo operatório, os mitos se significando uns e outros, jogando à maneira de uma gramática, de uma lógica do concreto, pois que eles não visam comunicar qualquer saber sobre o mundo e sobre o homem.

Este consenso, ao menos relativo, sobre os métodos entre os especialistas que, por profissão, tratam este tipo de relato como um objeto de estudo todo positivo, deixa abertas questões sobre a natureza e sobre as fronteiras do mito. Ao ponto que se pode sustentar que, no sentido que lhe foi comumente reconhecido, o mito não existe e que se trata de uma construção em grande parte arbitrária dos antropólogos. Utilizando um termo já cheio de ambigüidades por sua longa história desde a Grécia Antiga, eles fabricaram um domínio de investigação cujos limites são sombrios e cujo objeto, deixa de ser específico, escapa a toda definição precisa.

Os africanistas assim observaram que, no vasto tesouro de contos orais que eles recolheram, nenhum tipo de relato apresenta os traços distintivos que permitiriam diferenciar o mito de outros gêneros narrativos como o conto e a lenda. Não há, de um lado, os relatos 'sagrados', histórias dos deuses, palavras dos ancestrais, gênese do mundo, cuja narração estaria tomada tanto mais ao pé da letra quanto fosse submetida a imperativos rituais – prescrições e interditos –, de outros contos aos quais ninguém teria tentado, nem desejado acreditar e que constituem, por sua característica claramente fictícia, uma forma de literatura, ou ainda de lendas que remetem a acontecimentos reais. Pierre Smith distingue assim, num corpo de mais de mil contos orais de Ruanda, oito gêneros ou sub-gêneros diferenciados, todos igualmente marcados por seus traços literários, donde nenhum poderia ser incluído na categoria do mito se o entende como um gênero específico. Aí onde existe ainda viva uma rica tradição oral com, em aparência e essência, uma grande variedade de

relatos, o mito, no sentido que nós damos a este termo, não é encontrado. No meio de culturas orais onde a narrativa não está ainda inserida nos textos escritos, a fronteira afasta-se entre mito e literatura.

De seu lado, os historiadores da religião romana, após ter por muito tempo oposto à Grécia dos mitos e lendas uma Roma que os teria seja ignorado, seja descartado, uma Roma “desmitologizada”, mostrou com Georges Dumézil que os grandes quadros da mitologia indo-européia, seus mecanismos de fabulação, encontravam-se nos anais dos primeiros tempos de Roma e nas tradições citadas por aqueles que consideramos como historiadores. Os especialistas neste domínio deram, hoje, um passo a mais. “Constatamos, escreve Philippe Borgeaud, que se esboça a pertinência de uma oposição teórica que não teria razão de existir entre mito e História. Isto num sentido ligeiramente novo em relação à lição duméziliana: antes de uma “aterrissagem” do mito sobre a História (o que supõe a anterioridade do primeiro sobre o segundo) observamos o jogo de suas interferências”. É sem descontinuidade que em certas circunstâncias a fabulação, que se poderia crer própria ao mito, insinua-se na História. Desde que se abandona as categorias, *a priori*, para interrogar os textos mais de perto, a fronteira entre mito e História deixa de oscilar ao ponto de parecer impossível decidir.

Precisamos retornar aos Gregos de onde, à ocasião da palavra mito, teríamos partido. Primeira constatação. Todos os mitos gregos que conhecemos nos foram transmitidos incorporados aos textos literários, históricos, filosóficos. As versões mais antigas apareceram na época – homérica ou de outros ciclos cujos fragmentos nos chegaram –, e nas diversas formas de poesia sapiencial, coral, lírica, trágica. Sua ocorrência depende sempre do contexto das obras nas quais estes mitos estão inseridos. É para estes períodos antigos onde a “Literatura” não é feita para ser lida desacompanha, mas musicalmente recitada perante tal ou tal auditório, em ocasiões de festas comuns ou privadas, cívicas ou pan-

helênicas, a mensagem poética fica sob a dependência das condições que requer sua enunciação em público. Dito de outra forma, a performance destes relatos míticos comporta sempre, ligadas uma à outra, uma dimensão estética e uma dimensão social.

Segunda constatação. Na origem *muthos* não se opõe a *logos*. As duas palavras significam igualmente “palavra”, “relato”, qual seja seu conteúdo. É somente no curso do século V que, entre certos autores, seus campos de aplicação vão se dissociar, *muthos* passando a designar, por razões diversas segundo se é poeta como Píndaro, historiador como Heródoto e Tucídides, filósofo como Platão e Aristóteles, o que se quer se definir e que se opõe, por isto fazer, aos domínios do demonstrado, do verificado, do verossímil, do conveniente. Antes, como escreve Marcel Detienne, “*muthos* e *logos* são termos permutáveis sem que um recorte um registro de palavras cujo o outro seria excluído ou somente tomado à distância”. Mas, mesmo assim, a fronteira estabelece-se e o *muthos* aplica-se a assertivas que nos recusamos a admitir como verdadeiras, considera-se no campo dessa definição todo um museu dito tradicional, vindo do fundo das idades e transmitido de boca à orelha sem que se sonhe submetê-los à crítica. Nesta miscelânea veiculada por isto que Platão chama *phêmè*, o sussurro, encontra-se, ao lado de lendas divinas e heróicas, tais como certos poetas os teriam contado, outras formas de ditos e de relatos: genealogias, provérbios, ditados, adivinhações, enigmas, máximas, fábulas de amas de leite. Este conjunto heteroclito não define um tipo particular de narração, de valor sagrado, colocando em cena potências do além, cuja ação se situaria num tempo primordial. Não há outra unidade senão esta do ostracismo, do qual ele é inteiro atingido. O que aproxima estas múltiplas “maneiras de dizer” tradicionais é, no espírito destes que exigem de hoje em diante, no estabelecimento da verdade, a administração da prova (quer trate de razão demonstrativa ou de testemunho ocular direto), seu caráter, senão falso, ao menos não fiável, contrário à verossimilhança.

Terceiro ponto. Se Píndaro, em seus poemas, denuncia como *muthoi*, falsos, os episódios da façanha divina, que lhe parece indignos dos Imortais, ele não aceita menos, como os *logoi* válidos, todos os outros, por extraordinários que sejam. Se Heródoto fustiga a credulidade dos Gregos consentindo fé aos *muthoi* absurdos, como estes que fazem do Oceano um rio correndo em círculo em volta da terra, isto não impede de embelezar seus próprios *logoi*, quer se trate das Amazonas, dos Citas, Etíopes, de uma história maçante.

Com Tucídides, as coisas mudam. É no interior de seu projeto de escrever a Guerra do Peloponeso, na idéia que se faz de seu trabalho e de seu papel de historiador, que se situa entre mito e História, uma fronteira nitidamente trançada. Para as épocas antigas, para os tempos anteriores à Guerra de Tróia, em falta de documentos e testemunhos diretos, não se poderia pretender um conhecimento resoluto; o melhor que se pode propor, a partir de indícios, é qualquer verossimilhança concernente a certos fatos: “Se crê menos de bom grado, escreve Tucídides, nos poetas que celebraram estes fatos lhe emprestando beleza que os engrandecem ou nos logógrafos que os contam, procurando o consentimento do ouvinte, mais que a verdade, pois se trata de fatos incontroláveis e aos quais sua antigüidade há dado um caráter mítico excluindo a crença”. Se, ao contrário, limita-se aos acontecimentos contemporâneos, pode-se fazer um relato seguro, preciso, controlado, onde a sucessão dos fatos, obtidos em uma ordem de razão, permitem não somente compreender seu encadeamento mas obter para o futuro uma útil lição. O mito pertence a um passado que seu afastamento consagra, sem recurso, à obscuridade; a História, escrita no presente, comporta regras estritas que delimitam seu campo e rejeitam, sem poder se aplicar, tudo o que reconstrói o passado longínquo, abandonado às fantasias dos poetas e dos logógrafos cujos relatos, estranhos ao verdadeiro, visam a aprovação e o prazer para os ouvintes de um momento, não o saber e a utilidade para todas as gerações por vir.

Desta vez as coisas parecem regradas. Por oposição a um relato histórico, controlado, verídico, útil, o mito foi devolvido ao tempo antigo. Escapando ao nosso olhar, os acontecimentos deste passado projetam-se sobre a tela que nos apresenta os poetas, magnificados, sublimados, embelezados no reflexo de um canto que visa a encantar o público, não a lhe ensinar a verdade. Antigüidade, poesia, embelezamento, prazer, inverosímil, tais são as marcas que têm o mito à parte da História. Mas Tucídides, para separar o mito do verdadeiro e do crédulo, não coloca somente em causa a longa cadeia de fabulação que cada poeta recebe de herança para a trançar de novo à sua maneira. Utiliza-se do mesmo movimento e por razões análogas aos *logographoi*, acusados de não mais preocupar-se com o verdadeiro que os poetas relatam dos fatos extraordinários, passados definitivamente ao estado de mito (*epi to muthòdes eknenikékota*). Dos *logographoi*: por conseqüência os homens confiam na escrita, como Tucídides, no que estão a dizer e não declamando os cantos poéticos. Em que estes *logoi* declarados nos textos escritos (*graphein*) podem informar dos *muthòdes*, do mítico? Quem são, portanto, estes logógrafos? Estes são os primeiros “cronistas” que, desde a alvorada do século V, empreenderam estabelecer as tradições locais ou regionais das cidades e populações gregas, remontando o mais longe, até às origens, aos primeiros homens, heróis fundadores, nascidos do sol ou descendentes de uniões entre mortais e divindades. Para narrar desde o início até os tempos contemporâneos a implantação dos humanos sobre o seu território, Hecateu de Mileto, Acussilao de Argos, Helânicos de Mitilene, Ferécide de Atenas e os outros atidógrafos não se contentaram em utilizar os episódios que os poetas teriam já mencionado. Eles coletaram e confrontaram as versões diversas; apelaram às tradições locais que a oralidade conservou, àquelas que os exegetas transmitiram em certos santuários ou que ficaram vivas nas grandes descendências nobres reclamando ancestrais lendários. Pois organizam seu relato segundo uma ordem genealógica onde cada gera-

ção, com as aventuras e as façanhas que lhe são próprias, vem tomar a continuação desta que a precedeu, pois reúnem tudo e esforçam-se em mostrar a continuidade de uma tradição de relatos cujos poetas não utilizaram, ao agrado de suas necessidades, este ou aquele trecho, eles conferem aos *muthoi* um novo *status* de existência, independente do uso que faria antes a Literatura. De hoje em diante, o contexto de um mito não é mais a obra poética na qual ele está inserido mas os outros relatos míticos que formam corpo com ele. Englobando a diversidade dos relatos tradicionais, começa-se a desenhar uma mitologia. Deste ponto de vista, pode-se dizer que, pelo projeto de ligar o passado, o mais recuado, ao presente, ao fio de um texto escrito em prosa, os logógrafos são, por vezes, os primeiros historiadores e os primeiros mitógrafos.

O que os separa de Tucídides é que, como não compreenderam as regras estritas que exige a narrativa seguida e precisa das grandes linhas dos acontecimentos contemporâneos, como a guerra do Peloponeso, não estabeleceram um corte entre o passado “lendário” e o presente; eles não fizeram do mito um objeto *sui generis* constituinte como tipo de relato e forma de pensamento, uma realidade à parte. Logo, ainda é necessário precisar que, nem Tucídides nem, em geral, os homens da Antigüidade entendiam mais desta maneira. Os mitos pertencem a acontecimentos e a personagens muito antigos para que se possa dispor, sobre este assunto, de um conhecimento resoluto. É seu afastamento que os torna opacos e que nos impede de os abordar com instrumentos de pesquisa válidos. Mas neles mesmos, em sua natureza de acontecimentos e de personagens, não diferem destes do presente. Não são nem irreais, nem imaginários; escapam somente, na aproximação que fazemos, à tomada de um saber positivo. Quando Plutarco, na alvorada do I e do II séculos de nossa era, aborda a Vida de Teseu, observa na introdução: “Depois de ter escrito as Vidas Paralelas, percorrido as épocas acessíveis à verossimilhança e o terreno sólido da história que se apoia sobre os fatos, eu

poderia, com razão, falar das idades mais recuadas: o além é o país do prodígio e do trágico freqüentado pelos poetas e os mitógrafos, e não se acha uma prova fiável', nem nada de certo". Depois que empreendeu narrar a vida de Teseu, do nascimento à morte, o que faria de todo ser humano que teria conhecido em carne e osso. Teseu não é, a seus olhos, um ser mítico do qual o que narra revelaria a mais pura fabulação. Entre o tempo mítico dos primeiros reis lendários de Atenas ao qual Teseu se prende e o tempo medido, controlado, datado no qual se joga o destino das cidades, não haveria para os Antigos esta diferença de plano que enuncia, para nós, sua incompatibilidade. Trata-se sempre, segundo eles, do mesmo tempo. O tempo das origens não é pensado como um outro tempo, aquele do mito; ele constitui somente um tempo mais obscuro, cujos contornos estão misturados no longínquo e que se tornou impossível de investigar com a precisão e a exatidão do olhar histórico.

Estes narradores de um passado fabuloso que Tucídides compararia aos poetas e que chamaria logógrafos, Plutarco, quinhentos anos mais tarde, os designa pelo nome de mitógrafos. Neste meio tempo, mesmo se não é posto em causa a idéia de que o mito é a forma tomada pela história quando é muito ou pouco antiga, resgatando, através de uma série de obras específicas, o que se pode chamar uma "mitologia grega", cujo aspecto é, de certo modo, mais próximo daquele que nos é familiar. O esforço que se demanda nos primeiros séculos de nossa era tende a recolher, juntar, ordenar, clarificar o *corpus* de todas as lendas – sem mais limitar-se, como faziam os logógrafos do século V a.C., aos particularismos locais – e os narrar desde a criação do mundo, a partir de Gaia e Urano, com a legião de deuses que são descendentes, até o fim da guerra de Tróia, com o retorno dos heróis aqueus. Concentrando em um texto único e seguindo deste até espalhar em fontes múltiplas, apresentando no conjunto na língua comum, a *koinè*, sob uma forma acessível a um grande público, substituindo a trama dos relatos freqüentemente complexo e ramificado de

uma cadeia linear de cenários reduzidos ao essencial, um repertório quase exaustivo de nomes de pessoas e de lugares, o desenvolvimento de um texto seguindo uma ordem genealógica estrita (à falta de cronologia), onde cada geração inscreve-se em uma escala vertical depois daquela que a procedeu e se ajusta, sobre um plano horizontal, àquela de outros heróis pertencentes a uma linhagem diferente, a um outro ciclo lendário, mas ligados a um mesmo estrato de geração. A Biblioteca de Apolodoro, que se pode situar por volta do ano 200 de nossa era, é, certamente, o melhor exemplo de uma tal empresa, cuja ambição é de consagrar, em uma só obra (como uma verdadeira biblioteca), a soma erudita de tudo que os Gregos poderiam e deveriam conhecer referente aos relatos dos antigos tempos. A mitologia encontra-se, então, no que diz respeito a isso, circunscrita e objetivada: ela emerge para formar um campo de estudo, um domínio de saber específico e autônomo, ao lado e dentro de outros setores da produção literária e científica, poesia, filosofia, história, ciências, medicina, curiosidades da natureza (*mirabilia*), vida dos homens célebres... Em que o mito, assim delimitado e reduzido a ele mesmo, difere, na sua natureza e suas funções, daquilo que era na época clássica, quando filósofos e historiadores tomando, a seu respeito, uma certa distância inicial, utilizando-o como distanciador para melhor marcar a pertinência de sua marcha, na busca do verdadeiro. O mito, escreve Christian Jacob, “não está integrado num quadro global de interpretação alegórica (as Alegoria de Heráclito). Não há mais alibi estético e literário que acentuaria a dimensão artificial do mito (poesia helenística e imperial, de Apolonio de Rodes à Nonos de Panopolis). O alvo procurado não é mais o maravilhoso, nem o sobrenatural (coleção dos paradoxógrafos ricos em histórias de fantasmas...). O mito perdeu assim sua eficácia política e social: não está mais ao serviço da propaganda das cidades gregas ou das grandes famílias aristocráticas que, no século V, reivindicavam os fundadores ou os ancestrais míticos”. Um mito desengajado portanto:

desligado do literário, separado da história, escapando aos jogos ideológicos e locais da Grécia das cidades. Qual lugar então lhe dar, qual papel lhe reconhecer? A resposta mais plausível seria a seguinte: “à organização geopolítica que faz de Roma a metrópole de um Império onde a Grécia está reduzida à condição de província, o mitógrafo substitui um espaço cultural, delimitado e organizado pela língua e a literatura gregas, onde os heróis e os deuses atacam o mundo mediterrâneo (...). Trata-se de um verdadeiro golpe de força simbólico pelo qual “a mitologia grega, na sua forma substancial, é dada como memória cultural a todos os povos do Império”. Se poderá acrescentar, para precisar, que para o estatuto que lhe confere a obra dos mitógrafos o mito não constitui somente “uma prática compensatória e complementar da dominação romana”, mas também a procura num passado muito antigo de um vínculo cultural e simbólico tanto mais necessário nas regiões orientais do Império, de helenização recente, estando estabelecidos à parte das tradições e da base social mais solidamente preservada na Grécia continental.

Paradoxo: é quando Roma lhe impõe sua dominação, quando a Grécia das cidades não é mais a mesma dos relatos lendários de suas origens, enraizadas na gênese do mundo, no nascimento dos deuses, nas façanhas de antanho, na sorte e desdita dos heróis, que se fornece o saber comum, a memória partilhada suscetível de unir os povos diferentes, de confirmar, por uma igual familiaridade, com um vasto universo de contos tradicionais, a convicção de partilhar uma mesma identidade cultural.

É necessário aqui, na falta de poder responder totalmente, ao menos colocar uma última questão. Donde este conjunto de relatos tira seu impacto, sua empresa, sua eficácia? A quem dirigir seu poder de sedução, qual forma de prazer ocasiona, quais necessidades especialmente tem que satisfazer? Se notará, inicialmente, que o acesso a estes textos, à informação que eles veiculam sobre o passado humano, que o mais remoto funciona como uma marca de “distinção” no sentido que Pierre Bourdieu

dá a este termo. Eles autenticam, de qualquer maneira, o afastamento que isola do comum – popular, rústico, bárbaro – uma elite urbanizada que assimila a cultura grega que chegou a um estatuto de “civilidade”, ao qual podem apenas pretender aqueles que partilham este privilégio. De fato, a dominação do campo mitológico é uma condição necessária para inteirar-se plenamente à civilização greco-romana do início de nossa era. É preciso conhecer os personagens, os lugares, as aventuras que são o objeto destes relatos para compreender o cenário da vida quotidiana, nas casas, as cidades, os templos, para ler claramente as imagens figuradas sobre os vasos, as taças, os muros, ou erigidas em alto relevo nos lugares públicos e privados, na cidade e no campo. Mas ao lado do imaginário cujos lugares com as tradições lendárias são de evidências estritas e recíprocas, as práticas religiosas, os hábitos políticos, as condutas de linguagem, o gestual, as técnicas do corpo e as maneiras de ser, maneiras de comer, de vestir-se, as formas de sociabilidade, enfim, todos os traços de comportamento que dão a um grupo humano seu aspecto característico, empregam sempre mais ou menos o mesmo universo simbólico que serve de base à organização narrativa dos relatos. No momento onde o mito tomou sua forma própria de encenação condensando, sob uma aparência despojada, uma seqüência de acontecimentos relacionados a um passado longínquo, sua pertença a um espaço intelectual mais vasto, que o transborda, mas do qual é um dos elementos constitutivos, afirma-se de maneira brilhante. O mito relato supõe um horizonte mental ao qual ele se apoia, de onde tira seus planos múltiplos de significação e que reabilita, em razão de seu caráter também não narrativo mas de quadro cognitivo, isto que se pode chamar o “mítico”. O mítico não depende como o mito da ordem da narração; ele não é mais, como a mitologia, um conjunto coordenado de relatos. Ele concerne certos objetos que, pela maneira que estão na nossa experiência percebidos e pensados, têm a propriedade de “por em movimento a imaginação lendária”, para retomar os termos que

utilizaria Louis Gernet no seu estudo sobre os Aspectos míticos do valor na Grécia. Estes “objetos” podem ser de toda sorte: seja realidades naturais, vivas ou inanimadas, como pedras, metais, plantas, animais, fenômenos físicos, seja produtos fabricados pela mão do homem, como os *agalmata* gregos, seja condutas práticas, que se tratasse de operações técnicas, de costumes sociais, de atos rituais, seja mesmo noções “abstratas”, como a rivalidade, *éris*, a amizade, *philia*, o pudor, *aidôs*, a justiça, *diké*. Se estes objetos têm, no sentido de uma cultura, o privilégio de poder, mais que outros, gerar seqüências de relatos, de séries de imagens, de seqüências gestuais, é que neles vem reunir-se, para se concentrar, uma multiplicidade de planos e de domínios que, de um ponto de vista puramente positivo, formam redes de significação distintas e separadas. Eles constituem assim como pontos nodais, os cruzamentos, a partir dos quais se desenham as grandes articulações de um espaço mental “mítico”, com seu jogo de aproximação e de contrastes inesperados. John Scheid e Jesper Svenbro, exploram, num livro recente, os itinerários que os mitos greco-latinos de tecitura convidam a percorrer e que desdobram nas direções mais diversas, são assim apresentados tecitura e tecido como exemplo de uma tal “concatenação de noções” própria para desencadear, no papel de aparelho de embrear, assim como símbolos figurados e práticas gestuais como performances narrativas.

Um segundo traço desta mitologia grega é sua distância, seu afastamento face ao contemporâneo. O mito faz parte da cultura de uma época porém precisamente como um “anacrônico” cujo deslocamento em relação à existência presente permite jogar com o efeito de realidade visado por um relato pseudo-histórico para introduzir os aspectos de estranheza, de insólito, de maravilhoso. A não atualidade dos personagens, das ações acabadas, dos acontecimentos inesperados participa o charme da leitura. O recuo a um passado lendário onde as criaturas humanas são, por vezes, os parentes que nos precederam e seres diferentes de nós, de um ou-

tro calibre, maiores, mais fortes, mais próximos dos deuses, opera um deslocamento do verossímil. As regras que se impõem no curso da vida comum não podem mais estritamente aplicar-se quando se trata do tempo de antanho.

A adesão do leitor, ao pé da letra, aos relatos oculta também traços particulares. Ela não é mais obrigatória como aquela onde o fiel deve decorar as palavras sagradas pronunciadas nos rituais religiosos, ou as fórmulas de seu credo. Ela não é, entretanto, idêntica à atitude de afastamento que é a nossa concernente à verdade de textos literários dos quais sabemos que se trata de puras ficções, produtos da imaginação de um poeta ou de um romancista. Ela não se confunde mais com a certeza que provoca a constatação de um fato confirmado nem com a confiança que nos inspira uma demonstração rigorosa ou uma relação histórica solidamente documentada. Contrariamente à fé religiosa, a crença que suscita o mito é livre de todo constrangimento: contrariamente à fábula, ao conto, à poesia, ela pousa sobre os seres e os fatos que não foram inventados mas que, supostamente, teriam efetivamente existido antigamente; contrariamente aos diversos tipos de saberes, ela não implica verdadeira certeza. Seu estatuto é equívoco, amplo, mal resolvido. O que narra a mitologia não aparece como falso sem ser reconhecido plenamente como verdadeiro. Se crê sem se crer. A facilidade da interpretação pessoal, a escolha de certas versões de preferência à outras, a liberdade de tomar e de deixar fazer, portanto, parte da regra do jogo e do prazer que o leitor encontra. Oscilando entre o rigor de uma erudição sábia e a fantasia da criação literária, unem na mesma trama narrativa personagens tomados como reais, acontecimentos fabulosos, presenças sobrenaturais, encobrindo por um jogo de interferências entre a história, a poesia, a religião, as fronteiras que desenham os traços de sua própria figura, misturando as pistas, a mitologia, mesmo quando forma um domínio distinto, permanece sempre aberta. Ela é, desde o início, bastante separada da socie-

dade e da cultura da qual é a expressão, para emprestar, em outros tempos, especialmente a partir da Renascença, às retomadas, às transformações e ressemantizações. Ela traz, num contexto social diferente do mundo greco-romano, o mesmo sentimento de pertencer a uma elite letrada cujo horizonte intelectual, mais vasto que aquele do vulgar, traz consigo, pelo olhar lançado em direção aos Antigos, até a origem longínqua, o fundamento último da vida civilizada, do saber, da filosofia, da arte. A acentuação da distância, o deslocamento acentuado em relação ao presente, reforça, ainda, o caráter de gratuidade dos relatos. Ao não serem 'sérios', não têm peso social, não levam, nesse caso, a nenhuma consequência. Oferecem, assim, a ocasião de exprimir o que formulado em outras línguas, mais oficiais, seria indecente, incongruente, escandaloso, sacrílego. Revisitados em textos ou imagens, os mitos consentem novas metamorfoses; formam um dos terrenos privilegiados para exercer seu estilo, seu trabalho, seu talento, para dar forma à experiências propriamente estéticas ou para por em causa, sem parecer, as idéias mais comumente aceitas.

RICHARD HINGLEY
breve nota introdutória

*Renata Senna Garraffoni**

Richard Hingley é professor do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, na Inglaterra. Sua área de atuação é diversificada, pois possui trabalhos não só de historiografia e Arqueologia sobre populações romanas das províncias do norte e oeste da Britânia e da Idade do Ferro, como também de teoria pós-colonial e metodologia, incluindo aqui pesquisa de campo e fotografia aérea.

Dentre estes temas relacionados, destaca-se uma problemática específica: como as populações nativas foram incorporadas ao Império Romano e as mudanças ocorridas. Neste contexto, a História do desenvolvimento da Arqueologia romana e a maneira que ela se constituiu na Europa em geral, e Grã-Bretanha em específico, durante os séculos XIX e XX tem sido objeto central das pesquisas do estudioso nos últimos anos.

O artigo que segue, “Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa”, é resultado deste trabalho. Nele, o autor propõe uma revisão crítica da utilização de modelos desenvolvidos nos séculos XIX e XX por classicistas. Nota-se, claramente, uma postura de questionamento de tais modelos, em particular a teoria de romanização, a partir de um estudo apro-

* Licenciada e Mestre em História, Doutoranda em História, IFCH/Unicamp, bolsista Fapesp.

fundado do contexto histórico em que as concepções do Império romano foram criadas. Neste sentido, o texto de Hingley é uma desconstrução de discursos imperialistas do início do século XX que constituíram parte da visão de mundo dos ingleses do período e serviram de base para estabelecer interpretações do mundo romano, tanto na Arqueologia como na História, que são utilizados até o presente. Sua proposta é, portanto, instigante na medida em que propõe uma crítica a idéias absolutas e aos discursos eurocêntricos dos séculos XIX e XX.

Outras publicações do autor sobre o tema:

- HINGLEY, R. 1991. "Past, present and future - the study of the Roman period in Britain", *Scottish Archaeological Review*, 8: 90-101.
- HINGLEY, R. 1995. "Britannia, Origin Myths and the British Empire," in S. Cottam, D. Dungworth, S. Scott and J. Taylor (edd.), *TRAC94. proceedings of the fourth annual Roman Theoretical Archaeology Conference, Durham 1994* (Oxford): 11-23.
- HINGLEY, R. 1996. "The 'legacy' of Rome: the rise, decline and fall of the theory of Romanization," in J. Webster and N. Cooper (edd.), *Roman Imperialism: post-colonial perspectives* (Leicester): 35-48.
- HINGLEY, R., 1999. "The imperial context of Roman studies and a proposal toward a new understanding of the process of social change", in: P. Funari, M. Hall, S. Jones, *Historical Archaeology: Back from the Edge*, Routledge, Londres.
- HINGLEY, R. 2000. *Roman Officers and English Gentlemen: imperialism and the origin of archaeology* (Londres).
- HINGLEY, R. (ed.) 2001. Images of Rome: Perceptions of ancient Rome in Europe and the United States in the Modern age. *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series No. 44* (Porstmouth, Rhode Island, USA).

Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa

*Richard Hingley**

1. Introdução

Este artigo versa sobre como as imagens proporcionadas pela Roma clássica foram redesenhadas para ajudar a definir as idéias da origem inglesa e a justificativa do império de 1880 até por volta de 1930¹. Era o auge do imperialismo britânico. Nesta época, a “ideologia imperial” tornou-se parte da linguagem do patriotismo britânico². Também foi um período em que novas correntes intelectuais se desenvolveram para defi-

* University of Durham – Inglaterra. Texto especialmente escrito pelo autor para publicação em versão portuguesa.

Tradução de Renata Serra Garraffoni. Revisão de Pedro Paulo A. Funari.

¹ Muitos destes argumentos foram desenvolvidos com mais detalhes em meu livro recentemente publicado (Hingley 2000) e também em dois *papers* a sair na próxima edição do *Journal of Roman Archaeology*. Para um resumo atualizado sobre as atitudes dos séculos XVIII e XIX como relação a antiga Roma na Britânia, cf. Vance 1997. Uma imagem alternativa proporcionada pela Grécia também foi importante nos séculos XVIII e XIX na Britânia (cf. Jenkyns (ed.) 1980 e Turner 1981), mas não será discutida neste artigo.

² Eldridge 1996, 2.

nir e sustentar o controle britânico por extensas partes do mundo³. Trabalhos acadêmicos, escritos políticos e literatura popular refletem esta necessidade imperial e o passado imperial romano foi diretamente recrutado para ajudar a tornar conhecida a “missão” imperial britânica.

A raiz das origens nacionais no final do século XIX e início do XX passou a centralizar considerações imperiais relevantes na busca de uma definição útil de *anglicidade*** que gerou a idéia de permanência na vida nacional britânica. Esta definição de *anglicidade* baseou-se em uma variedade de fontes de informações, incluindo as fontes históricas clássicas que descreveram a invasão romana na Britânia no século primeiro d.C e as descrições de vestígios arqueológicos recolhidos por antiquários e arqueólogos. Como resultado disto, a Arqueologia teve uma grande participação na definição do propósito imperial da Inglaterra.

Concepções de Roma na Europa

Ao considerar o significado das maneiras como a imagem do romano foi usada na Inglaterra é importante ter em mente o contexto europeu desta experiência inglesa. O passado tem sido desdobrado por europeus, e povos do mundo ocidental em geral, para esculpir identidades que se opõem, para construir o Ocidente e o não-Ocidente e criar uma ascendência cultural⁴. Neste contexto, a construção do passado nunca foi uma atividade imparcial⁵. Roma teve um lugar especial na definição da História

³ Koebner e Schmidt 1964; Baumgart 1982 e Judd 1996. Em Hingley 2000 textos datados do final do século XIX e início do XX são analisados a partir do conceito de “discurso imperial”.

** Nota da tradutora: no original o termo empregado pelo autor é *Englishness*. Assim, por analogia ao termo em português *brasilidade*, optamos por traduzir *Englishness* por *Anglicidade* em todo o texto.

⁴ Meskell 1999:3.

⁵ Smith 1986: 180-1.

e do pensamento europeu⁶. Sua capacidade de prover imagens múltiplas, mutáveis e conflituosas foi quase ilimitada; isto a tornou uma fonte rica para dar sentido – e para desestabilizar – a História, a política, a identidade, a memória e o desejo⁷. Por exemplo, Roma foi construída, em certas épocas e lugares, para representar autoridade literária, governo republicano, unificação política, poder imperial e seu declínio, proeza militar, eficiência administrativa, a idade de ouro do império, a Igreja Católica e o prazer das ruínas. Há um grande corpo de trabalhos de variadas associações historiográficas proporcionadas pela Roma clássica, incluindo diversas pesquisas recentes que consideram os papéis da Arqueologia⁸.

Uma dicotomia entre a imagem romana e aquelas munidas pelas idéias de uma identidade nativa pode ser extraída das concepções de Roma⁹. A efígie do império romano proporcionou um mito de origem para muitos povos da Europa e, em particular, para História do Ocidente como um todo. A elite de várias nações ocidentais, durante os séculos XVI ao XX, usaram a imagem de Roma para ordenar caminhos para o desenvolvimento da educação, arte, arquitetura, literatura e política¹⁰. Em relação à contrastante idéia de identidade nativa, as fontes escritas romanas serviram para prover a idéia de “alteridade” que foi usada para ajudar a definir e unir povos dentro de nações individuais na Europa Ocidental. Ao definir sua própria civilização em oposição aos “outros” bárbaros¹¹,

⁶ Edwards 1999: 2-3; Wyke e Biddiss 1999; Farrell 2001.

⁷ Edwards 1999 2-3. A complexa variedade das imagens proporcionadas por Roma também era percebida por autores clássicos (Hardie 1992).

⁸ Veja, por exemplo, Deletant 1998, Edwards (ed.) 1999, Galinsky 1992, Hingley (ed.) no prelo, Jenkyns (ed.) 1992, Moatti 1993, Pagden 1995, Vance 1997, Wyke 1997 e Wyke e Biddiss (edd.) 1999.

⁹ Hingley, no prelo a.

¹⁰ Stray 1998; Wyke and Biddiss 1999.

¹¹ Para a definição clássica do “outro” como bárbaro veja Habinek 1998, 157; Hall 1989; Jones 1971; Patterson 1997: 30-32, Romm 1992; Shaw 1983 e Webster 1996, 1999.

autores clássicos proporcionaram um poderoso instrumento interpretativo para aqueles, que ajudou a criar nações e impérios modernos. Autores romanos, que escreveram durante o período de expansão no final do primeiro milênio a. C. e início do primeiro milênio d. C., registraram os nomes e feitos de vários grupos “étnicos” significativos no império ocidental ou em outros locais (incluindo gauleses, batavos, germanos, bretões, dácios, entre outros). Alguns textos romanos importantes se tornaram disponíveis a uma elite ilustrada na Europa Ocidental do século XVI em diante. Tais textos continham informações sobre estes primeiros povos, histórias sobre seus hábitos cotidianos e seus atos de resistência ante o imperialismo romano. Ocasionalmente, os textos também indicavam uma localização geográfica aproximada na qual estes povos teriam vivido.

Com a ascensão do antiquarismo e da Arqueologia a partir do século XVI, evidências físicas derivadas do passado – artefatos e estruturas – puderam ser utilizadas para localizar estes povos na paisagem contemporânea européia. Neste contexto, a Arqueologia desenvolveu-se como uma disciplina útil que traduzia uma imagem idealizada do passado étnico em realidades táteis usando cânones modernos de conhecimento¹². No final do século XIX e início do XX, arqueólogos usavam técnicas para localizar, datar, descrever e classificar vestígios materiais, mas eles também proporcionaram “histórias” sobre a origem dos monumentos e artefatos que auxiliaram no desenvolvimento de uma identidade nacional própria¹³. Nestas histórias, os elementos físicos de uma cultura herdada – os artefatos, edifícios e paisagens – propiciaram uma conexão tangível e particular com um passado étnico imaginado. O sentido de pertencimento é vital para uma definição própria de identidade nacional e a ligação de identidades étnicas a

¹² Smith 1986: 180; veja também Trigger 1989: 174.

¹³ Para publicações recentes sobre Arqueologia e nacionalismo, veja Atkinson et al. (edd.) 1996; Díaz-Andreu e Champion (edd.) 1996; Kohl e Fawcett (edd.) 1995 e Meskell (ed.) 1999.

certos tipos de evidências arqueológicas tornou-se um instrumento poderoso na Inglaterra como em vários outros países europeus.

Historiadores romanos produziram relatos nos quais um suposto poder “civilizador”, representado por Roma, teria entrado em conflito com os “bárbaros” e contos em que a resistência de vários povos nativos à expansão imperial romana eram desenvolvidos sob um forte estilo anti-romano. Nacionalistas acharam isto útil em algumas circunstâncias, no entanto, conceber grupos nativos sendo incorporados ao império era, também, profundamente influenciado pela “civilização” dos romanos. Neste contexto é significativo que a Roma imperial era frequentemente vista executando um papel especial – a transferência da “civilização” mediterrânea a vários povos do ocidente europeu, que efetivamente permitiu que a distinção romana e as concepções nativas fossem combinadas. As fontes clássicas confirmam a classificação de povos pré-históricos na Gália, Germânia, Ibéria, Britânia e, até mesmo, Itália – povos que, de alguma maneira, pareciam mais semelhantes a populações nativas do Novo Mundo do que com as populações contemporâneas da Europa Ocidental. Argumentava-se que Roma teria civilizado todos estes povos.

Os romanos teriam introduzido a cultura da civilização – estradas, cidades, banhos públicos, impostos e a língua latina – uma civilização que a Europa Ocidental sentia ter herdado. A Europa cristã também se sentia herdeira desta tradição religiosa da Roma clássica. Autores romanos falaram em latim às aulas de uma elite ilustrada europeia dos séculos XIX e XX – uma língua que ajudou a definir sua identidade e de qualquer um que eles pudessem entender. Como resultado, muitos membros destas classes sentiram uma associação com os romanos clássicos como uma herança de uma tradição, religião e civilização clássica em comum – uma associação que foi de todas a mais influente devido ao domínio da língua latina na educação da elite contemporânea¹⁴.

¹⁴ Stray 1998: 11; Wyke e Biddiss 1999; Farrell 2001.

Os romanos e as imagens da origem dos nativos, no entanto, não foram sempre desenvolvidas em oposição de uma a outra, como foram argumentadas em certas ocasiões, poderiam ser combinadas para desenvolver uma concepção nacionalista da grandeza contemporânea. Isto tinha um significado particular no contexto da Inglaterra do final do século XIX e início do XX.

Concepções de Roma na Inglaterra durante o final do século XIX e início do XX.

A conquista e ocupação romana do sudeste da Britânia iniciou-se em 43 d.C. e durou até o princípio do quinto século. Este evento lançou os antigos romanos na órbita da história doméstica inglesa¹⁵. Devido, em parte, ao impacto direto na história doméstica do sudeste da Britânia, a efígie de Roma formou um conjunto útil de referências históricas tanto para os ingleses como para outras nações. Os antigos relatos históricos que confirmaram o caráter devastador da invasão Anglo-Saxônica na Britânia pós-romana, no entanto, criaram um forte mito da origem racial teutônica para os ingleses durante o século XIX¹⁶. Esta imagem teutônica, ou germânica, da origem racial, que foi dominante por grande parte do século, se tornou menos poderosa diante dos interesses imperiais próximos ao final do século. Uma nova representação, que se desenvolveu neste período, argumentava que o espírito imperial inglês era derivado

¹⁵ Stobart 1912: 3; Vance 1997: 16.

¹⁶ A idéia da origem teutônica do inglês foi influente no início e meados do período vitoriano e sobreviveu durante o século XX (veja: Bowler 1989: 51; Colls 1986; Levine 1986: 4; MacDougall 1982; Robbins 1998: 29; Samuel 1998: 23; Smiles 1994: 113-28 e Stocking 1987: 62-3). Para uma história do contraste entre as escolas “germânica” e “romana” nos séculos XIX e XX, veja White 1971 e Jones 1996.

de uma herança genética mista que incluía antigos bretões, romanos clássicos, anglo-saxões e dinamarqueses. Neste contexto, a herança da civilização romana era sempre considerada particularmente fundamental. A missão do Império Romano, em alguns trabalhos de literatura (incluindo livros para crianças e trabalhos políticos), passaram a retratar a transmissão da civilização clássica (e cristandade) para antigos bretões, que, então, formavam uma parte importante da origem racial mista da população inglesa moderna. A herança romana também serviu para retratar as classes inglesas educadas como sucessoras da elite imperial romana.

Examinarei alguns dos caminhos nas quais as duas idéias, “romana” e “nativa”, começaram a ser incorporadas como uma representação da *anglicidade* no final do século XIX e início do XX e o papel da Arqueologia neste processo. Durante o final do século XIX e início do XX, um grande número de trabalhos populares relacionados a origem do inglês foram produzidos e alguns relatos serão levados em consideração a seguir. Cientistas naturais, geógrafos e antropólogos procuravam usar as necessidades do império para justificar a expansão do ensino e pesquisa em seus campos de investigação neste período¹⁷. Assim como objetos que eram dominados por cavaleiros amadores passaram a ter um caráter acadêmico crescente dado por estudiosos, estruturas para carreira começaram a existir¹⁸. A Arqueologia Romana, sob influência de Francis Haverfield, foi um dos objetos de estudos que conseguiram credibilidade acadêmica¹⁹

Argumentarei que a relevância imperial da Arqueologia Romana foi resultado, em parte, da visão de Haverfield sobre o valor da “Romanização” para a definição do caráter inglês. A Romanização foi usada para ajudar a corrigir uma primeira imagem que sugeria que um pouco da

¹⁷ Symonds 1986: 1. Veja também Stray (1998: 247, note 33) para a fundação de várias sociedades acadêmicas em diversos campos entre 1892 e 1907.

¹⁸ Stray 1998: 136.

¹⁹ Freeman 1997.

civilização romana fora transmitida para os antigos bretões. Esta idéia foi alcançada a partir do desenvolvimento de um significado no qual civilização era tida como algo que poderia ser transferido. A Romanização estava baseada em uma definição de oposição binária entre nativos bárbaros e romanos civilizados – era o processo pelo qual o bretão (ou europeu) não civilizado alcançava a civilização²⁰.

A teoria da romanização se encaixa em um contexto no qual muitos de escritores populares e políticos estavam buscando uma continuidade nas imagens da vida nacional inglesa²¹. Alguns trabalhos populares vitorianos ou do início do século XX sugeriam que os romanos clássicos passaram para os ingleses uma civilização que se dirigiu quase que diretamente para os estado moderno inglês. Por meio deste processo de civilização, Roma parecia, também, ter transmitido seu próprio espírito imperial para os ingleses. A civilização, religião e habilidade imperial inglesa foram traçadas de encontro ao passado romano de maneira que os nativos da Britânia romana sempre foram vistos como tendo adotado a civilização romana e melhorado, em um grande esforço para criar a moderna Inglaterra e o Império Britânico. Incorporado a esta distinta mistura racial inglesa, havia o valente espírito dos antigos bretões que se opuseram a Roma. Neste contexto, algumas pinturas da Britânia romana deram

²⁰ O trabalho de Haverfield proporcionou a base que irá ser chamada interpretação “progressiva” da romanização. A interpretação progressiva levou crenças sobre a civilização imperial além dos anos de 1970 (Hingley 1996, 2000).

²¹ Raphael Samuel sugeriu que, embora os historiadores estejam preocupados com a pesquisa empírica, eles incorporam, sem se darem inteiramente conta, as estruturas profundas do “pensamento mítico” (1998: 14). O pensamento mítico refere-se a visões mais amplas da sociedade como as representadas em grandes grupos de idéias e mídia como os trabalhos populares e os escritos políticos. Samuel atribui a adoção deste pensamento mítico ao desejo dos estudiosos em estabelecer linhas de continuidade ou a importância simbólica ligada à permanência da vida nacional ou a uma teleologia não discutida e não explícita, mas que a tudo engloba.

uma visão nacionalista de uma província britânica distintamente civilizada – uma sustentação linear para a moderna Inglaterra.

O interesse por linhas de continuidade na vida nacional da Inglaterra estruturaram trabalhos acadêmicos e populares e a Arqueologia Romana veio a ter um valor distinto como parte da representação da *anglicidade*. Os tipos de analogias que foram feitos entre Britânia e Roma, durante os séculos XIX e XX, influenciaram, profundamente, o caráter dos estudos de Haverfield que, por sua vez, influenciou aqueles que estavam por vir. Acadêmicos selecionaram imagens de uma história mítica que projetaria a estabilidade da vida nacional e contribuíram para a representação da *anglicidade*. Será argumentado que um dos resultados deste processo foi o desenvolvimento da Arqueologia Romana na Britânia sob um caráter nacional distinto. De fato, a teoria arqueológica durante o século XX serviu para projetar muitas visões populares que substituíram os limites do estado nacional inglês pelo passado romano²².

Para examinar estes pontos em seguida, estabelecerei cinco tópicos que serão produzidos para ilustrar a contribuição do romano clássico a representação da *anglicidade*.

1. Cinco Tópicos:

Estes tópicos são: os antigos celtas como indianos; o inglês como romano clássico; a resistência nativa aos romanos; a herança imperial da tocha da “civilização” e *anglicidade*.

Os antigos celtas como indianos, os ingleses como os romanos clássicos.

²² Veja Braund 1996: 179.

A presença dos romanos na Britânia é registrada pelo menos de duas maneiras – fontes históricas e monumentos arqueológicos. Os relatos de historiadores clássicos que escreveram sobre a invasão e ocupação da Britânia foram utilizados, com frequência, por vitorianos e eduardianos para ajudá-los a entender os primórdios da história da Britânia²³. Estas fontes proporcionaram um retrato de um povo bárbaro e não civilizado – os antigos bretões. Muitos perceberam que os antigos bretões eram mais semelhantes aos povos nativos das colônias do império Britânico moderno do que a população da Inglaterra. A presença dos romanos também foi atestada por meio da evidência física dos edifícios e estruturas construídas durante o período de ocupação. As ruínas dos monumentais e impressionantes edifícios da época romana sobreviveram ao período moderno (por exemplo, a muralha de Adriano, Wroxeter e Pevensey)²⁴.

Uma imagem claramente definida na Inglaterra do final do século XIX foi colocada sobre o caráter da Britânia romana como um paralelo para a Índia britânica, um paralelo que produziu uma série de lições históricas²⁵. Romanos e bretões, sob esta perspectiva, eram vistos como distintos, assim como os ingleses eram da população nativa da Índia britânica²⁶. A população romana da Britânia era sempre percebida como sendo constituída por funcionários e oficiais imperiais que viviam em cidades fortificadas, fortalezas e suntuosas *villae*; os antigos nativos bretões eram pensados como amontoados ao redor deles, mas afastado. Estes celtas eram, de fato, vistos como uma população inferior, sujeita à hegemonia da classe dirigente de oficiais romanos (figura 1).

²³ Por exemplo, Conybeare 1903, Green 1900 e Scarth 1883.

²⁴ Veja Johnson 1989.

²⁵ Veja Haverfield 1912, Hingley 1995 e Majeed 1999.

²⁶ Haverfield 1912: 19.



Figura 1

O paralelo entre Índia Britânica e Britânia Romana não era sempre exata, mas isto não parece ter afetado seu valor. Bertram Windle em seu *Vida no início da Britânia* (1897), considerou o caráter essencialmente militar da ocupação romana na Britânia e mencionou fortes, estradas militares, grandes cidades fortificadas, as muralhas romanas e as “magníficas *villae*” que foram construídas por oficiais romanos²⁷. A *villa* em Vectis, no romance de A. J. Church de 1887 era propriedade do Conde da Costa Saxônica, um oficial que retornou para Roma com o exército durante sua retirada. Fletcher e Kipling, escrevendo em 1911, viram as *villae* da Britânia como as casa dos oficiais imperiais romanos que foram enviados a Britânia ou se estabeleceram lá; outros autores e artistas também tiveram interpretações similares (figura 2).

Considerando os oficiais romanos no contexto dos oficiais britânicos na Índia, uma conexão foi feita entre a Inglaterra contemporânea e os romanos clássicos. Mesmo que, às vezes, os ingleses eram percebidos como descendente de origem teutônica, eles teriam aprendido as lições de civilização e organização imperial proporcionadas pelos romanos clássicos. Em contraste com esta herança racial, a população “céltica” do norte e oeste^{***} da Britânia teriam derivado sua herança das populações pré-romanas das ilhas britânicas. Para alguns ingleses deste período, os antigos bretões eram percebidos como parentes dos irlandeses, galeses e escoceses, muitos estudiosos vitorianos afirmaram que “a partida dos romanos” no século V deixaram os bretões quase como os “celtas” quando foram encontrados por eles²⁸. Considerou-se que os celtas não civilizados da Inglaterra foram derrotados e massacrados, ou então foram expulsos para o norte e oeste pelos ancestrais dos ingleses, os amantes da liberdade

²⁷ Windle 1897: 11. Para visões comparativas veja, por exemplo, Green, 1900: 4-5 e Rait e Parrott 1909: 11.

^{***} *Nota do revisor da tradução*: o norte e o oeste representam as duas áreas não inglesas da Grã-Bretanha, respectivamente a Escócia e o País de Gales.

²⁸ Haverfield 1912: 19.



Figura 2

teutônicos (figura 3). Por exemplo, o reverendo professor A. J. Church em seu romance, acima citado, escreveu sobre a partida das legiões romanas em 410 d.C. e os problemas subseqüentes quando os bretões voltaram aos seus hábitos “celtas” pré-romanos. Quase no final do romance, depois da partida dos romanos (inclusive o Conde), os bretões jogaram fora toda a cultura adquirida dos romanos e “... todos os sinais daquela sujeição ...”²⁹ Eles retornam aos hábitos e vestuários bretões. Este era o sonho de Ambiorix, um de seus líderes, “... deixar a Britânia como se os romanos nunca a tivessem conquistado”³⁰. Os ingleses modernos teriam aprendido a lição dos romanos mais por meio do acúmulo de experiência que por uma forma direta de herança.



Figura 3

²⁹ Church 1887: 286.

³⁰ *Ibid.*

No contexto da imagem das origens teutônicas, muitas das atividades dos antiquaristas deste período estavam diretamente relacionadas aos monumentos e vestígios deixados pelos primeiros ingleses medievais – esta época ocupava o espírito como resultado de sua “religiosidade” e o desejo de permanecer próximo a uma identidade inglesa³¹. A Arqueologia dos antigos bretões e dos bretões-romanos permaneceu relativamente sem desenvolvimento até o início do século XX. A relevância de ambos, romanos e antigos bretões, para as origens raciais e o destino da nação parece limitado a muitos vitorianos. Os monumentos de populações pré-históricas sempre parecem ter tido relevância limitada, enquanto que os fortes romanos, as *villae* e cidades, freqüentemente, foram interpretados como as casas e postos de oficiais e outros colonos da própria Roma³². Eles eram percebidos, talvez, para apresentar um paralelo histórico para o estilo de vida dos oficiais britânicos na Índia, mas não tinham uma ligação direta a história nacional inglesa.

A resistência nativa

Muitos autores eduardianos produziram versões dramáticas da tragédia de Boadicea³³. Esta imagem de Boadicea faz parte de uma relação direta da idéia dos celtas como indianos; aquela que simbolizou o espírito dos nativos britânicos em resistência a Roma. Boadicea era a personagem principal desta história, mais outros eram também considerados sob a mesma luz, por exemplo Caratacus e o fictício Beric do romance *Beric, o bretão* de G. A. Henty (publicado em 1893). A representação das

³¹ Levine 1986: 98. Veja também Haverfield e Macdonald 1924: 84-7; Smiles 1994: 125 e Henig 1995: 186

³² Haverfield e MacDonald 1924: 84; Levine 1986: 79-84 e Hingley 2000.

³³ Por exemplo Trevelyan 1900; Marshall 1905 e O'Neill 1912.

ações destas figuras heróicas vão do século XVI até o princípio do XIX³⁴, quando Boadicea, em particular, foi adotada como símbolo de inspiração para os ingleses em suas ações imperiais³⁵. Um evento de importância particular no desenvolvimento da imagem de Boadicea foi a confecção e levantamento de uma estátua sua por Thornyscroft na ponte de Westminster em 1902³⁶ (figura 4). O desenvolvimento deste culto de resistência nacional a Roma espelha acontecimentos similares em outros países europeus durante a segunda metade do século XIX, como a criação de um nacional a Roma espelha acontecimentos similares em outros países



Figura 4.

³⁴ Ver Warner 1996, Macdonald 1987, Mikalachki 1998, Williams 1999 e Hingley 2000.

³⁵ O uso de Boadicea como uma figura de inspiração imperial emerge em um poema do século XVIII de William Cowper (veja Hingley 2000).

³⁶ Thornyscroft 1932, Webster 1978: 2.

européus durante a segunda metade do século XIX, como a criação de um “teatro memória” a Vercingetorix por Napoleão III na Alesia³⁷.

Não considerarei mais estes argumentos no desenvolvimento do artigo. É relevante para minha argumentação o tema que Norman Vance discutiu em seu livro recente *Os vitorianos e os antigos romanos* (1997) que, para os últimos vitorianos, a humilhação dos bretões pelos romanos pode ser contada em pelo menos duas maneiras; primeiramente pelas histórias de forte oposição dos nativos aos romanos imperialistas e, em segundo lugar, com a imagem de que a própria Grã-Bretanha agora se tornou colonizadora de uma parte do mundo maior do que a dominada por Roma³⁸.

A herança da tocha imperial de “civilização”

A idéia da Grã-Bretanha como herdeira de Roma aparece em uma grande variedade de fontes, incluindo a história romana das ilhas britânicas, a natureza da educação clássica e a interpretação do progresso derivada de uma teoria evolucionária darwiniana. Sob esta teoria evolucionária do progresso, a Grã-Bretanha poderia ser considerada não só representante da herança de Roma, mas também sua valorizadora. J. A. Cramb (professor de História Moderna no Queen’s College, Londres), em uma aula apresentada em 1900 como reflexão sobre o significado da guerra de Boer para os britânicos, por exemplo, argumentou que a Grã-Bretanha teria herdado diretamente o espírito imperial de Roma, mas teria também particularmente o valorizado³⁹.

No início do século XX escritores sempre expressaram visões semelhantes ao projetar a Europa moderna e, em particular, a Britânia como herdeira de Roma. O livro popular de J.C. Stobart *A grandeza que era Roma*

³⁷ Dietler 1996; Smiles 1994 e MAN 1994. O conceito de “teatro memória” é derivado de Dietler.

³⁸ Vance 1997: 198.

³⁹ Cramb 1900.

foi publicado em 1912, quando ele era professor no Trinity College, Cambridge, e o trabalho tem sido reimpresso até os dias de hoje. Neste livro, o autor argumenta que Roma preencheu um “destino” ou “função” na história mundial que foi “a criação da Europa”⁴⁰. Além disso, a história romana teve uma função. Roma era “a maior força civilizadora em toda a história da Europa”. Patriotas britânicos sempre argumentaram que estariam exportando a mais iluminada forma desta herança da civilização ocidental para diversas partes do globo.

Neste contexto, uma ligação histórica direta entre Roma e Bretanha fora criada. Em muitos trabalhos eduardianos, o papel fundamental de Roma na civilização dos bretões é recolocado. No livro popular infantil de H. E. Marshall, *A História de nossa Ilha* (1905), o papel de Roma como aquela que trouxe paz e civilização depois da conquista de 43 d. C. é considerado: os romanos introduziram boas casas, estradas, a escrita e o cristianismo⁴¹. Desta maneira, a conquista romana de quase toda Britânia tem sido sempre representada como a chave para a origem da História inglesa ou britânica. A civilização foi introduzida; estradas, cidades e casas de campo foram construídas. Na cabeça de alguns autores, uma perspectiva teleológica foi desenvolvida na qual parece que os romanos teriam transferido sua própria civilização para a Britânia e a Inglaterra, por sua vez, civilizava os povos de seu próprio império.

A dominação política e industrial que a Europa exerceu sobre o mundo no final do século XIX e a teoria do progresso foram tomados como sustentação para a reivindicação dos europeus como portadores de um direito moral para liderar outros ramos da humanidade⁴². Muitos vitorianos tardios influentes reivindicaram que sua sociedade estava no auge do desenvolvimento social, com todos os estágios “anteriores” da humanidade colocados em uma progressão linear em direção a este estado ideal. Também era fre-

⁴⁰ Stobart 1912: 5.

⁴¹ Marshall 1905: x.

⁴² Bowler 1989; Bahrani 1999.

qüentemente argumentado que estes povos iriam progredir para um estado moderno através da influência do Império Britânico⁴³. Esta tradição redesenhou o passado romano e se tornou parte daquilo se tornou conhecido como uma perspectiva “eurocêntrica” na qual Roma teria sustentado uma particularidade singular uma vez que permitiu que a cultura grega clássica fosse transmitida pelo Ocidente⁴⁴.

Woolf⁴⁵ discutiu a idéia de que o conceito romano de *humanitas* tornou-se uma justificativa ideológica para a elite romana que sustentou a conquista e dominação e, tais fontes clássicas, foram redesenhadas no final do século XIX e início do XX. Para alguns autores romanos *humanitas* era originária na Grécia clássica e foi espalhada em um mundo maior através da expansão imperial romana. Representando a cultura grega como o primeiro estágio no processo universal, autores romanos puderam afirmar a superioridade romana de maneira que serviu para contradizer a ansiedade cultural⁴⁶. Estas idéias romanas foram valiosas para a elite europeia nos séculos XIX e XX e produziram o imperialismo europeu. Esta concepção da superioridade ocidental teve um grande papel no imperialismo. Roma era interpretada como aquela que trouxe a civilização clássica aos povos bárbaros ao longo do império e, o ocidente moderno, por sua vez, redesenhou estes conceitos clássicos imperiais ao definir seus próprios mitos de origem e propósito imperial⁴⁷. Neste contexto, os imperialistas ocidentais durante o final do século XIX e início do XX poderiam argumentar que a transmissão de uma civilização, importada de seu próprio país pelos romanos clássicos, ajudou a justificar seus próprios atos imperiais como missões civilizadoras⁴⁸. Dúvidas, freqüentemente, eram expressadas sobre a habilidade de não-

⁴³ Bowler 1989: 19; veja também Levine 1986: 74.

⁴⁴ Bernal 1985, 1994; Lefkowitz e MacLean Rogers (edd.) 1996.

⁴⁵ 1998, 54-60.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ Bernal 1994: 119. Lefkowitz e Maclean Rogers (edd.) 1996 contém um número de respostas aos comentários levantados por Bernal.

⁴⁸ Bernal 1994, 119.

européus absorverem este presente e uma permanente ajudar era tida como necessária⁴⁹, mas na cabeça dos colonizadores, isto não invalidava o valor de tal dádiva.

No entanto, havia um problema, na Inglaterra, com esta concepção linear de civilização e progresso que relacionou a poderosas imagens da origem nacional existentes na sociedade vitoriana britânica e que sobreviveu no século XX aos celtas como indianos e às raízes teutônicas. A imagem céltica/indiana sugeria que muito pouco da civilização romana fora transferida para os antigos bretões durante a ocupação daqueles, enquanto que a imagem teutônica das origens raciais sugerem que o inglês era, de qualquer forma, descendente dos teutônicos ou anglosaxões, que teriam eliminado os antigos bretões. Qualquer tipo de herança da civilização romana fora, portanto, resultado da educação clássica mais do que qualquer forma de herança genética. Em última instância, qual era a relevância dos antigos bretões e romanos clássicos para a história doméstica inglesa?

Anglicidade

A representação da *anglicidade* tem uma longa história de desenvolvimento, surgindo a partir das linhagens políticas emergentes dos anos de 1880 e como resultado, em parte, de uma crise geral da sociedade urbana⁵⁰. Uma resposta cultural iniciando nos anos de 1890 e 1900 espalhou rapidamente pela arte, literatura, música e arquitetura inglesa por volta de 1914. Iniciando antes da I Guerra Mundial, mas atingindo seu auge no período entre guerras, desenvolveu um novo movimento de caçadas ao ar livre quando a vida no campo se tornou uma forma de lazer acessível⁵¹.

⁴⁹ Hingley 2000: 51.

⁵⁰ Howkins 1986; Stray 1998: 173-9.

⁵¹ Howkins 1986.

Esta representação da *anglicidade* era, freqüentemente, organizada a partir da concepção de uma população unida vivendo em uma idílica área rural inglesa no sudeste⁵². Sugeriu-se que esta era uma história coesiva, oficial e inerentemente conservadora para ser contada diante da insegurança doméstica e imperial⁵³. Nos anos de 1920 desenvolveu-se mais como uma resposta da grande perda de vidas durante a I Guerra Mundial. Uma grande quantidade de livros de histórias populares, romances e livros para viagem foram publicados no período entre-guerras com “Inglaterra” em seus títulos e muitos produziram imagens retrógradas ou passadistas⁵⁴.

A representação de *anglicidade* em trabalhos de autores influentes focalizaram o ideal de permanência de uma história nacional inglesa⁵⁵. Um grande número de autores no final do século XIX e início do XX começaram a desenvolver uma imagem de *anglicidade* que trazia novas respostas as perguntas sobre a origem inglesa. Esta representação de *anglicidade* definiu o inglês como uma raça misturada da ilha que teve sua herança racial organizada a partir de diversos povos que viveram na Britânia no passado. A herança racial derivava, agora, não só dos povos germânicos, mas também dos antigos bretões, romanos, dinamarqueses e normandos⁵⁶. Esta herança incluía a inspiração dos valentes e antigos heróis bretões e também a transmissão da civilização dos romanos clássicos.

Na cabeça de alguns autores do final das épocas vitorianas e eduardianas, a imagem dos celtas como indianos começou a se fragmentar como também se concebeu que a civilização clássica romana teria sido transmitida a população britânica, ao menos em alguns segmentos. Entre todos estes fatos, dois elementos ajudaram a desenvolver esta interpretação da origem

⁵² Uma grande quantidade de livros importantes focalizava a região rural inglesa do sudeste e ignorava as do norte e oeste (Breese 1998).

⁵³ Breese 1998.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ Veja observações de Samuel sobre a permanência da vida nacional.

⁵⁶ Para uma visão contrastante do século XX sobre as origens nacionais que continuaram a ser produzidas a partir de grupos germânicos veja White 1971.

nacional. Primeiramente, havia um conceito que Roma transferiu a civilização de antigos povos aos ingleses do presente e, em segundo lugar, ao menos alguns descendentes destes antigos bretões civilizados sobreviveram à invasão anglo-saxã para trazer a civilização a mistura racial que formou a moderna nação inglesa.

O professor J. Rhys, em seu livro *Primórdios da Britânia – Britânia Céltica*, publicado em 1882, escreve sobre a influência romana nos bretões nativos. Notou a disseminação do cristianismo, alguns conhecimentos da “instituição municipal” e também o desenvolvimento da língua latina. Percebeu, no entanto, que boa parte desta cultura estava restrita as “Fortalezas” das “partes latinizadas” em York, Lincoln, Colchester e Londres⁵⁷. H. M. Scarth publicou um livro no ano seguinte intitulado *Primórdios da Britânia – Britânia Romana*⁵⁸. Scarth sugere que os “colonizadores” romanos casaram-se com os “nativos” e, como resultado, “o sangue romano misturou-se com o da população e, desde então, flui nas veias inglesas...”⁵⁹ Neste sentido, ao implantar “colônias” romanas resultou em uma grande mudança “nos hábitos e maneiras da população”⁶⁰. Isto incluiu a introdução do cristianismo, que nos últimos tempos foi “revisto e reacendido e, então, se tornou permanente”⁶¹. Outros autores exploraram o tópico da contribuição romana para a civilização inglesa⁶².

Haverfield oferece uma solução clara e intelectualmente aceitável para este problema de como a civilização romana se espalhou sobre os antigos bretões. Este autor desenvolveu uma interpretação persuasiva da Romanização em seu livro *A romanização da Britânia romana*, primeiramente publicado em 1905 e reeditado muitas vezes durante os anos de 1910 e

⁵⁷ Rhys 1882: 100.

⁵⁸ Scarth 1883: 220.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Ibid.*: 181.

⁶¹ *Ibid.*: ix.

⁶² Alguns destes são explorados em Hingley 2000.

1920⁶³. De fato, na visão de Haverfield, a antiga Britânia realmente se tornou romana por meio de um processo conhecido como “Romanização”. Alguns autores anteriores sugeriram que os habitantes das *villae* da Britânia romana eram oficiais de Roma. No relato de Haverfield, no entanto, muitos habitantes da elite das fazendas eram tidos como aqueles que romanizaram os nativos bretões. Haverfield também argumentou enfaticamente que a idéia de um grande grupo de colonos romanos vivendo em cidades, fortes e *villae* entre uma imensa população de nativos bretões era imprecisa; esta postura ajudou a erradicar a idéia do celta como indiano⁶⁴.

Como a civilização romana pode ser transmitida para os ingleses modernos se os anglo-saxões massacraram todos os bretões depois da retirada dos romanos? No final das eras vitorianas e eduardianas, um grande número de autores argumentaram que elementos da civilização dos romanos passaram para os britânicos modernos devido à sobrevivência de algumas populações durante a invasão anglo-saxã⁶⁵. A existência do cristianismo na antiga Britânia e moderna Bretanha e a suposta sobrevivência de uma para outra, proporcionou parte do contexto para este desejo de encontrar a continuidade⁶⁶.

As idéias de sobrevivência genética e herança romana vieram a ter papéis distintos no discurso imperialista do século XX. Em seu livro *O Império Britânico*, Sir Charles P. Lucas afirmou que, embora no século V todos os vestígios das regras romanas desaparecessem, as longínquas terras do norte nas terras altas da Escócia Britânica se mantiveram mais ou menos

⁶³ Haverfield 1905, 1912 e 1915.

⁶⁴ Mesmo depois da publicação deste importante trabalho de Haverfield, no entanto, muitas imagens da romanização persistiram, como a imagem do indiano/celta que persistiu em alguns segmentos da sociedade (veja Hingley 2000).

⁶⁵ Por exemplo, J. Rhys afirmou que era provável que as populações antigas da Britânia sobreviveram a conquista anglo-saxã (1882), enquanto que H. M. Scarth argumenta que as “colônias” de Roma e a cultura se espalhou na Britânia sobreviveu a partida dos romanos e a invasão anglo-saxã (1883: ix).

⁶⁶ Outros trabalhos desenvolveram idéias semelhantes sobre cristianismo e sobrevivência racial (veja Conybeare 1903 e Locke 1878).

unidas sob a administração romana. Neste contexto, “sangue romano” foi “misturado com o dos nativos bretões”⁶⁷. Lucas percebeu que era difícil supor que a futura Inglaterra não se originaria da “força” deste “povo maravilhoso” que forneceu “lei, estradas e governo para grande parte do mundo de então”⁶⁸. Lucas também sugeriu que “o espírito combativo... entrou no sangue inglês”. O autor afirmou que esta mistura produziu “um povo forte e de sucesso” e argumentou que “as muitas e grandes diversidades ... no Império Britânico irá ... ser, em última instância, uma fonte de força e não de fraqueza”⁶⁹. Na visão de Lucas, esta herança romana tem um papel imperial distinto para o inglês no mundo moderno⁷⁰.

Idéias da sobrevivência racial e civilização tiveram um papel importante nas imagens de *anglicidade* durante o princípio do século XX. Lucas adotou uma aproximação quase religiosa na maneira como as sucessivas virtudes raciais dos bretões, romanos, dinamarqueses, saxões e normandos se combinaram em uma mistura para inventar os criadores do Império Britânico⁷¹. Mistura racial como fonte para a forte raça inglesa evidentemente teve um papel distinto na ideologia do propósito imperial. A idéia de que a população da Inglaterra e Britânia era geneticamente misturada serviu para proporcionar um mito de origem mais aberto que a imagem teutônica, uma idéia que poderia servir para criar um maior sentido de unidade para o povo britânico. Fundamentalmente, a herança do espírito imperial dos romanos clássicos também deu, é de se supor, ao inglês um papel distinto na direção da política imperial em contraste com os galeses e escoceses. O trabalho de Haverfield sobre romanização sugere que os romanos não civilizaram os galeses e escoceses até o mesmo nível dos ingleses⁷². A Britânia ro-

⁶⁷ 1915: 6.

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ Hingley 2000.

⁷¹ Symonds 1986: 51-3.

⁷² Os “distritos civis” da Britânia romana de Haverfield cobrem somente as terras baixas, o norte e oeste permaneceram como um “distrito militar”.

mana, por isso, foi significativa na definição do imperialismo e civilização moderna inglesa.

Depois da I Guerra Mundial, esta idéia da força racial derivada de uma mistura étnica continuou a ser desenvolvida. Alguns relatos deste período consideram, com grandes detalhes, as maneiras nas quais a Bretanha moderna estava relacionada a Roma clássica. Neste sentido, eles redefiniram o caminho no qual a tocha da civilização foi transferida entre os dois impérios tão distanciados pelo tempo. Como resultado, uma forte idéia teleológica das origens nacionais lineares inglesas continuaram a se desenvolver mesmo depois do final da Primeira Guerra.

O livro *Britânia Romana* do arqueólogo e filósofo Robin G. Collingwood foi publicado em 1923. Considerando a história pós-romana da Britânia, Collingwood seguiu os autores anteriores ao argumentar que “uma grande massa de bretões” deve ter sobrevivido à invasão anglo-saxã, quando cidades e fazendas foram destruídas⁷³. A raça britânica, neste contexto, de acordo com Collingwood, não era composta somente do sangue saxão, normando e dinamarquês, mas também o dos antigos bretões. Collingwood continuou especulando que o caráter expresso no trabalho de grandes artistas ingleses era derivado diretamente da arte de natureza romano-britânica⁷⁴. Por meio deste esquema, criou uma concepção linear da história inglesa tendo como meio o estilo da arte romano-britânica e inglesa moderna.

Stanley Baldwin⁷⁵ apresentou duas comunicações em meados dos anos de 1920 que ajudaram a identificar o significado do Império Romano para a elite dirigente inglesa do período. “Sobre a Inglaterra e o Oeste”, apresentado a Royal Society de St. George em 1924, é a definição e celebração da *anglicidade* na qual Baldwin trabalha sobre uma variedade de concepções, incluindo a da Roma clássica. Referindo-se a Roma, argumenta que

⁷³ Collingwood 1923: 100.

⁷⁴ *Ibid.*: 101.

⁷⁵ Baldwin (1867-1947) foi educado no Harrow e Trinity College, Cambridge. Foi primeiro-ministro da Grã-Bretanha em várias ocasiões entre 1923 e 1936.

os ingleses herdaram um espírito imperial e a carga do império dos romanos clássicos. Em sua comunicação presidencial para a Classical Association em 1926, Baldwin desenvolveu uma idéia da herança racial romana dos ingleses com muitos detalhes. Iniciou com o valor dos clássicos para o presente enfatizando a conexão geográfica entre a Britânia e Roma⁷⁶. O apelo de Baldwin para a ancestralidade romana dos ingleses parece ter sido desenvolvido a partir das idéias ressaltadas por Sir Charles Lucas, no entanto, ressalta a continuidade genética, mesmo mais tarde ao definir o caráter dos ingleses.

A idéia da ancestralidade romana dos ingleses parece ter se tornado um tópico importante nos anos de 1920. Arthur Weigall, seu livro *Errantes pela Britânia Romana* (1926) expressa um desejo de demonstrar uma conexão próxima dos britânicos “do presente” e os romanos⁷⁷. Os romanos trouxeram civilização para os britânicos, mas “... o sangue dos romanos” somente passou por 45 pessoas para “atingir nossas veias...”⁷⁸. Aceitou que depois da queda de Roma, a chegada dos anglo-saxões e normandos aumentaram a mistura; no entanto, considerou que o sangue de diversos romanos está nas veias dos ingleses⁷⁹. Observando a invasão romana, considerou que ela “introduziu em nosso sangue algo da ‘grandeza que foi Roma’ que ajudou a enviar-nos a aventura e conquista de toda a face da terra”⁸⁰.

A popularidade do conceito de origem racial mista, nesta época, pode ser vista em um contexto de desejo de encontrar uma ideologia que pudesse unir supostas raças brancas da Inglaterra, Grã-Bretanha e o Império. Ao mesmo tempo, como pudemos perceber, isto deu ao inglês um papel imperial diferenciado dentro do Reino Unido, como herdeiros da civilização imperial

⁷⁶ 1926: x.

⁷⁷ Weigall 1926: 16.

⁷⁸ *Ibid.*: 20. Também considerou uma certa mistura do sangue anglo-saxão e normando, mas desejou, evidentemente, enfatizar a conexão das populações britânicas modernas com os bretões/romanos civilizados.

⁷⁹ Weigall, 1926: 20.

⁸⁰ *Ibid.*: 28.

romana. Isto pode também, no entanto, refletir um consenso sobre a crescente ameaça política da Alemanha neste período e o desejo de criar uma clara distinção racial entre ingleses e alemães.

Os comentários de Windle, Baldwin e outros⁸¹ desenvolveram uma série de visões que foram expressadas, anteriormente, pelos autores eduardianos. A ênfase na inclusão dos romanos em uma visão geral do caráter inglês, contudo, proporcionou um novo discurso de *anglicidade*, como o apelo a uma herança racial romana parece ter se tornado muito grande nos anos de 1920. Estes conceitos de *anglicidade* continuaram a se desenvolver muito bem ainda no século XX⁸². Por exemplo, Humfrey Grose-Hodge publicou seu livro *Panorama romano: a base para hoje* em 1944, um pouco antes do final da II Guerra Mundial. Grose-Hodge sugeriu que embora o povo romano tivesse morrido há muito tempo, a Itália fascista não percebeu o fato. O caráter do povo romano, no entanto, continuou como “ancestral direto” dos ingleses⁸³. Afirmou que “... em ações, somos romanos”⁸⁴.

O apelo de Grose-Hodge por uma ancestralidade romana repete visões anteriores, mas também pode ser vista no contexto do desenvolvimento do imaginário romano imperial de Benito Mussolini. Mussolini mencionou diretamente a Roma clássica ao desenvolver suas próprias ambições imperiais, algumas vezes inclinado em oposição ao Império Britânico⁸⁵. Grose-Hodge estava, talvez, procurando conter os esforços de Mussolini trazendo a civilização clássica romana para perto da Inglaterra. A civilização romana nos anos de 1940 pode ter sido atrativa para alguns, mas o imperialismo romano era menos admirado. A luz destes acontecimentos na Itália, muitos

⁸¹ Alguns outros relatos importantes são considerados em Hingley 2000.

⁸² A idéia de que a força da nação inglesa deriva mistura racial no estabelecimento da ilha ainda existe na sociedade contemporânea britânica (veja o comentário de Norman Tebbit, destacado por Wlash, 1997: 87).

⁸³ 1944: 10.

⁸⁴ *Ibid.*

⁸⁵ Veja Clark 1939; Manacorda e Tamassia 1985; Moati 1993: 130-42; Quatermaine 1995; Stone 1999 e Terrenato 1998.

lembraram dos aspectos despóticos da natureza das regras romanas. Em meados dos anos de 1930 e 1940, Roma passou a ser vista como modo de despotismo estrangeiro – uma ameaça a segurança nacional – ao invés de uma grande civilização que proporcionou morais imperiais.

2. *Resumo:*

Embora o mito das origens teutônicas inglesas não tenha desaparecido de repente no final do século XIX, a imagem de uma herança racial dos romanos parece tornar-se mais popular durante os anos de 1890 e aumentando nos anos de 1920. Sugeri que se tornou politicamente útil para a elite produzir, naquele momento, ambas idéias, a herança da bravura dos antigos bretões e civilização dos bretões nativos pela Roma imperial. Carregar a herança dos antigos bretões e dos romanos da Britânia para o mundo moderno exigiu, ao menos, a sobrevivência de parte da população romano/britânica durante a conquista anglo-saxã e, por isso, o declínio do mito teutônico. A idéia da mistura racial também se tornou aceitável na interpretação arqueológica da História da Bretanha durante o século XX⁸⁶.

A idéia de herança da civilização romana pelos ingleses teve um impacto na arqueologia britânica. A. L. F. Rivet, em 1959, comentou sobre um mito que se desenvolveu no contexto britânico como resultado do trabalho de Haverfield. Haverfield, por meio de seu trabalho sobre a romanização, corrigiu uma idéia predominante na qual a Britânia era uma província habitada por “romanos ricos” (frequentemente gerais) por um lado e “massas selvagens de bretões servis”⁸⁷. Conseguiu isto ao apontar que bretões e

⁸⁶ Por exemplo, Hawkes e Hawkes 1947. Jones discute uma idéia contrária ao mito germânico nos primórdios da arqueologia medieval (1996), mas a idéia de origem racial mista dominou muito o pensamento arqueológico, particularmente nos estudos de pré-história.

⁸⁷ Rivet 1958: 29.

romanos não eram conceitos mutuamente excludentes. Rivet sugeriu que o relato de Haverfield resultou, não por sua falta, em um novo mito da Britânia como “... uma província tão verdadeiramente britânica que nenhum agricultor estrangeiro ousaria mostrar sua face nela”⁸⁸.

Rivet não menciona em partes específicas do trabalho que estava pensando neste contexto, mas alguns escritos de outros autores, que foram revistos neste artigo, deveriam estar em sua cabeça⁸⁹. Muitos textos de princípios do século XX possuem uma visão linear e teleológica da história doméstica inglesa. Alguns relatos parecem sugerir que os romanos transmitiram para os ingleses uma civilização romano/britânica singular que conduziu diretamente a Inglaterra moderna. Como resultado, o espírito inglês é traçado em direção ao passado romano de uma maneira na qual os nativos puderam adotar a civilização romana e aperfeiçoá-la em um esforço ativo de criar a Inglaterra moderna. O bravo espírito dos antigos bretões que se opuseram a Roma fora incorporado a esta distinta mistura racial inglesa. Como Rivet enfatizou, algumas gravuras populares da Britânia romana deu uma visão nacionalista de uma província britânica civilizada – um conceito inerentemente excludente. O interesse sobre linhas de continuidade na vida nacional da Inglaterra estruturou trabalhos acadêmicos e populares e a Arqueologia romana teve um papel distinto. Teorias arqueológicas e objetos recolhidos por meio da prática arqueológica ajudaram a justificar as imagens de *anglicidade*.

David Braund argumentou que os estudos romano-britânicos não foram menos insulares do que se objeto. Por todos os lados, a ilha formou uma proteção para um grupo de estudiosos claramente definidos que conduziram trabalhos de um tipo específico. Estes comentários ecoam os de Rivet. Ima-

⁸⁸ *Ibid.*

⁸⁹ Acrescenta-se ainda que neste artigo Rivet criticou a interpretação Britânia romana de Rudyard Kipling no livro *Puck of Pook's Hill* pela interpretação nacionalista do passado e este trabalho deveria estar em sua cabeça quando escreveu os comentários de 1958 (Rivet 1976, Hingley 2000).

gens populares produziram uma pintura da província tão britânica que nenhum romano ousaria pisar nela e a teoria arqueológica se desenvolveu, talvez, sobre uma ampla base comparável. O auto controle e exclusivo caráter dos estudos romano/britânicos foi construído, ao menos até determinado nível, sobre o valor distinto da Arqueologia romana para os britânicos no cotidiano do Império⁹⁰. Acredito que ambos, a imagem popular e as interpretações arqueológicas, refletem um caráter comum, um interesse com relação a origem nacional inglesa.

O trabalho de Haverfield teve a maior influência no desenvolvimento desta ênfase nacionalista na Arqueologia romana sobre a Britânia. A teoria de Haverfield sobre a Romanização serviu para sustentar uma tradição que se desenvolvia em seu tempo. Proporcionou credibilidade acadêmica para a idéia que uma ligação racial direta levava a civilização romana até a moderna Inglaterra. O trabalho de Haverfield foi utilizado por outros estudiosos de uma maneira não pretendida por ele⁹¹; de fato, os comentários de Rivet sugerem que este é o ponto. É provável, no entanto, que o trabalho de Haverfield fora inspirado em um desejo inconsciente de estabelecer linha de continuidade na história nacional por meio da herança da Inglaterra da civilização européia. Isto pode ter gerado um caminho lógico para desenvolver uma idéia de romanização no período eduardiano, mas argumentaria que tais interesses sobre a herança da civilização ocidental criaram uma ênfase nacional particular na aproximação da Britânia romana e a identidade ocidental⁹². Estudiosos modernos que estudaram a Britânia romana herdaram esta ênfase nacional e gostariam, agora, de reconsiderar tais aproximações ao passado romano. A reintegração dos estudos romano/britânicos nos estu-

⁹⁰ Hingley 2000.

⁹¹ Freeman indicou, claramente, os contatos europeus de Haverfield e o interesse sobre os estudos dos romanos no Continente e, portanto, sua sugestão que o interesse de Haverfield está focalizado na Europa Ocidental como um todo é apropriado (Freeman 1996. Veja também MacDonald 1924).

⁹² Veja os comentários da introdução como base para esta hipótese.

dos clássicos mais amplos serve para questionar este problema⁹³, mas para procurar acabar com esta situação, é fundamental que aspectos eurocêntricos da Arqueologia Clássica também sejam objeto de uma crítica adequada.

Bibliografia citada:

- Atkinson, J. A., Banks, I. e O'Sullivan, J. (edd.) 1996. *Nationalism and Archaeology: Scottish Archaeological Forum* (Glasgow).
- Bahrani, Z. 1999. "Conjuring Mesopotamia: imaginative geography and a world past," in L. Meskell (ed.) *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East* (London): 159-74.
- Baldwin, S. 1924. "On England and the West: address at the annual dinner of the Royal Society of St George at the Hotel Cecil, 6th May 1924," in S. Baldwin *On England and Other Addresses* (London): 1-9.
- Baldwin, S. 1926. *The Classics and the Plain Man. Presidential Address delivered to the Classical Association in the Middle Temple Hall, 8th January, 1926* (London).
- Baumgart, W. 1982. *Imperialism: the idea and reality of British and French colonial expansion, 1880-1914* (Oxford).
- Bernal, M. 1985. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilisation. Volume 1 The Fabrication of Ancient Greece 1785-1985* (London).
- Bernal, M. 1994. "The Image of Ancient Greece as a tool for colonialism and European Hegemony", in G. C. Bond and A. Gilliam (edd.) *Social Constructions of the Past: representations as power* (London): 119-28.
- Bowler, P. J. 1989. *The Invention of Progress: the Victorians and the past* (Oxford).
- Braund, D. 1996. *Ruling Roman Britain: kings, queens, governors and emperors from Julius Caesar to Agricola* (London).
- Breese, S. 1998. "In Search of Englishness; in search of votes," in J. Arnold, K. Davies and S. Ditchfield (edd.), *History and Heritage: consuming the past in contemporary culture* (Shaftesbury, Dorset): 155-68.
- Church, A. J. 1887. *The Count of the Saxon Shore or the Villa in Vectis - a tale of the departure of the Romans from Britain* (London).
- Clark, G. 1939. *Archaeology and Society* (London).
- Collingwood, R. G. 1923. *Roman Britain* (London).
- Colls, R. 1986. "Englishness and the Political Culture," in R. Colls e P. Dodd (edd.), *Englishness: politics and culture 1880-1920* (London): 29-61.

⁹³ Veja Hingley 2000, 165.

- Conybeare, E. 1903. *Early Britain, Roman Britain. Society for Promoting Christian Knowledge* (London).
- Cowper, W. 1782. "Boadicea: an ode," in H. S. Milford (ed.) *Cowper: poetical works* (4th edition, London): 310-311.
- Cramb, J. A. 1900. *Reflections on the Origins and Destiny of Imperial Britain* (London).
- Deletant, D. 1998. "Rewriting the Past: trends in contemporary Romanian Historiography", in D. Deletant e M. Pearton (edd.) *Romania Observed: studies in contemporary Romanian History* (Bucharest): 276-303.
- Díaz-Andreu, M. e Champion, T. (edd.) 1996. *Nationalism and Archaeology in Europe* (London).
- Dietler, M. 1998. "A tale of three sites: the monumentalization of Celtic oppida and the politics of collective memory and identity," *World Archaeology* 30: 72-89.
- Edwards, C. 1999. "Introduction: shadows and fragments," in C. Edwards (ed.), *Roman Presences: receptions of Rome in European Culture, 1789-1945* (Cambridge): 1-18.
- Edwards, C. (ed.) 1999. *Roman Presences: receptions of Rome in European Culture, 1789-1945* (Cambridge).
- Eldridge, C. 1996 *The Imperial Experience from Carlyle to Forster* (London).
- Farrell, J. 2001. *Latin Language and Latin Culture: from ancient to modern times* (Cambridge).
- Freeman, P. W. M. 1996. "British imperialism and the Roman Empire," in J. Webster and N. Cooper (edd.), *Roman Imperialism: post-colonial perspectives* (Leicester): 19-33.
- Freeman, P. W. M. 1997. "Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19th-c. Britain," in D. Mattingly, (ed.), *Dialogues in Roman imperialism: power, discourse, and discrepant experiences in the Roman Empire* (Journal of Roman Archaeology, Portsmouth. Rhode Island): 27-50.
- Galinsky, K. 1992. *Classical and Modern Interactions: postmodern architecture, multiculturalism, decline and other issues* (Austin).
- Graves-Brown, P., Jones, S. e Gamble, C. (edd.) 1996. *Cultural Identity and Archaeology: the construction of European Communities* (London).
- Green, G. E. 1900. *A Short History of the British Empire for the use of junior forms* (London).
- Grose-Hodge, H. 1944. *Roman panorama: a background for to-day* (Cambridge).
- Habinek, T. N. 1998 *The Politics of Latin Literature: writing, identity, and empire in ancient Rome* (Princeton).
- Hall, E. 1989. *Inventing the Barbarian: Greek self-identification* (Oxford).
- Hardie, P. 1992. "Augustan Poets and the Mutability of Rome", in Powell, A. (ed.) *Roman Poetry and Propaganda in the Age of Augustus* (Bristol): 59-82.

- Haverfield, F. 1905. "The Romanization of Roman Britain," *Proceedings of the British Academy*, 2: 185–217.
- Haverfield, F. 1912. *The Romanization of Roman Britain* (2nd edition, Oxford).
- Haverfield, F. 1915. *The Romanization of Roman Britain* (3rd edition, Oxford).
- Haverfield, F. and Macdonald, G. 1924. "The study of Roman Britain: a retrospect," in F. Haverfield and G. Macdonald, *The Roman Occupation of Britain: being six Ford Lectures delivered by F. Haverfield* (Oxford): 59-88.
- Hawkes, J. e Hawkes, C. 1947. "Land and People," in E. Barker (ed.), *The Character of England* (Oxford): 1-28.
- Henig, M. 1995. *The Art of Roman Britain* (London).
- Hingley, R. 1991. "Past, present and future—the study of the Roman period in Britain", *Scottish Archaeological Review*, 8: 90–101.
- Hingley, R. 1995. "Britannia, Origin Myths and the British Empire," in S. Cottam, D. Dungworth, S. Scott and J. Taylor (edd.), *TRAC94. proceedings of the fourth annual Roman Theoretical Archaeology Conference, Durham 1994* (Oxford): 11-23.
- Hingley, R. 1996. "The 'legacy' of Rome: the rise, decline and fall of the theory of Romanization," in J. Webster and N. Cooper (edd.), *Roman Imperialism: post-colonial perspectives* (Leicester): 35-48.
- Hingley, R. 2000. *Roman Officers and English Gentlemen: imperialism and the origin of archaeology* (London).
- Hingley, R. No prelo a. 'Images of Rome', in R. Hingley (ed.) forthcoming *Images of Rome: Perceptions of Rome in Europe and the United States of America in the Modern World* (Journal of Roman Archaeology 2001).
- Hingley, R. No prelo b. 'An imperial legacy – the contribution of classical Rome to the character of the English', in R. Hingley (ed.) forthcoming *Images of Rome: Perceptions of Rome in Europe and the United States of America in the Modern World* (Journal of Roman Archaeology 2001).
- Hingley, R. (ed.) No prelo. *Images of Rome: Perceptions of Rome in Europe and the United States of America in the Modern World* (Journal of Roman Archaeology 2001).
- Howkins, A. 1986. "The discovery of rural England," in R. Colls and P. Dodd (edd.), *Englishness: politics and culture 1880-1920* (London): 62-88.
- Hupchick, D.P. 1994. *Culture and History in Eastern Europe* (New York).
- Jenkyns, R. (ed.) 1980. *The Victorians and Ancient Greece* (Oxford).
- Jenkyns, R. (ed.) 1992. *The Legacy of Rome: a new appraisal* (Oxford).
- Johnson, S. 1989. *Rome and its Empire* (London).
- Jones, M 1996. *The End of Roman Britain* (London).
- Jones, S. e Graves-Brown, P. 1996. "Introduction: archaeology and cultural identity in Europe", in P. Graves-Brown, S. Jones and C. Gamble (edd.) *Cultural Identity and Archaeology: the construction of European Communities* (London): 1-24.

- Jones, W. R. 1971. "The image of the barbarian in Medieval Europe", *Comparative Studies in Society and History* 13: 376-407.
- Judd, D. 1996. *Empire: the British imperial experience, from 1765 to the present* (London).
- Kipling, R. 1906. *Puck of Pook's Hill*. Reprinted 1989 (London).
- Koebner, R. e Schmidt, H. Dan 1964. *Imperialism: the story and significance of a political word* (Cambridge).
- Kohl, P. C. e Fawcett, C. (edd.) 1995. *Nationalism, Politics and the practice of archaeology* (Cambridge).
- Lefkowitz, M. R. e MacLean Rogers, G. 1996. *Black Athena Revisted* (London).
- Levine, P. 1986. *The amateur and the professional: antiquarians, historians and archaeologists in Victorian England, 1838-1883* (Cambridge).
- Liverani, M 1996. "The Bathwater and the Baby", in M. R. Lefkowitz. and G. MacLean Rogers *Black Athena Revisted* (London): 421-27.
- Locke, W. 1878. *Stories of the Land we Live in: or England's history in simple language* (London).
- Lucas, C. P. 1915. *The British Empire: six lectures* (London).
- Macdonald, G. 1924. "Bibliographical notice," in F. Haverfield and G. Macdonald *The Roman Occupation of Britain: being six Ford Lectures delivered by F. Haverfield* (Oxford): 15-37.
- Macdonald, S. 1987. "Boadicea: warrior, mother and myth," in S. Macdonald, P. Holden and S. Ardener (edd.), *Images of Women in Peace and War* (London): 40-62.
- MacDougall, H. A. 1982. *Racial Myths in English History: Trojans, Teutons and Anglo-Saxons* (London).
- Majeed, J. 1999. "Comparativism and references to Rome in British imperial attitudes to India," in C. Edwards (ed.), *Roman Presences: receptions of Rome in European Culture, 1789-1945* (Cambridge): 88-109.
- MAN 1994. (Musée des Antiquités nationales) *Vercingetorix et Alesia* (Paris).
- Manacorda, D. and Tamassia, R. 1985. *Il piccone del regime* (Rome).
- Marshall, H. E. 1905. *Our Island Story: A history of Britain for boys and girls* (London).
- Mattingly, D. 1996. "From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb", in J. Webster and N. Cooper (edd.) *Roman Imperialism: post-colonial perspectives* (Leicester): 49-70.
- Meskell, L. 1999. "Introduction: archaeology matters", in L. Meskell (ed.) *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East* (London): 1-12.
- Meskell, L. (ed.) 1999. *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East* (London).
- Mikalachki, J. 1998. *The Legacy of Boadicea: Gender and nation in early modern England* (London).

- Moatti, C. 1993. *The Search for Ancient Rome* (London).
- O'Neill, E. 1912. *A Nursery History of England* (London).
- Pagden, A. 1995. *Lords of all the world: ideologies of Empire in Spain, Britain and France c 1500-c1800* (London).
- Patterson, T. C. 1997. *Inventing Western Civilization* (New York).
- Quartermaine, L. 1995. "Slouching towards Rome: Mussolini's imperial vision," in T.J. Cornell and K. Lomas (edd.), *Urban Society in Roman Italy* (London): 203-216.
- Rait, R. S. e Parrott, J. E. 1909. *Finger-Posts to British History: a summary with notes, of the historical events from the earliest time to the year 1908* (London).
- Rhys, J. 1882. *Early Britain – Celtic Britain* (London).
- Rivet, A. L. F. 1958. *Town and Country in Roman Britain* (London).
- Rivet, A. L. F. 1976. *Rudyard Kipling's Roman Britain: fact or fiction* (Keele).
- Robbins, K. 1998. *Great Britain: identities, institutions and the idea of Britishness* (London).
- Romm, J.S. 1992. *The Edges of the Earth in Ancient Thought: geography, exploration, and fiction* (Princeton).
- Samuel, R. 1998. *Island Stories: Unravelling Britain - Theatres of Memory, Volume II* (London).
- Scarth, H. M. 1883. *Early Britain, Roman Britain* (London).
- Shaw, B.D. 1983. "Eaters of Flesh, Drinkers of Milk: the ancient Mediterranean ideology of the pastoral nomad", *Ancient Society* 13/14: 5-31.
- Smiles, S. 1994. *The Image of Antiquity: Ancient Britain and the romantic imagination* (London).
- Smith, A. D. 1986. *The Ethnic Origins of Nations* (Oxford).
- Stobart, J. C. 1912. *The Grandeur that was Rome: A survey of Roman culture and civilization* (London).
- Stocking, G. W. 1987. *Victorian Anthropology* (Oxford).
- Stone, M. 1999. "A flexible Rome: Fascism and the cult of romanità," in C. Edwards (ed.), *Roman Presences: receptions of Rome in European Culture, 1789-1945* (Cambridge): 205-220.
- Stray, C. 1998. *Classics Transformed: schools, universities, and society in England, 1830-1960* (Oxford).
- Symonds, R. 1986. *Oxford and Empire: the last lost cause?* (London).
- Terrenato, N. 1998. "The Romanization of Italy: global acculturation or cultural bricolage?" in C. Forcey, J. Hawthorne, e R. Witcher (edd.), *TRAC97: Proceedings of the Seventh Annual Theoretical Roman Archaeology Conference Nottingham 1997* (Oxford): 20-7.
- Thornycroft, E. 1932. *Bronze and Steel: the life of Thomas Thornycroft, sculptor and engineer* (Long Compton).

- Trevelyan, M. 1900. *Britain's Greatness Foretold: the story of Boadicea, the British Warrior-Queen* (London).
- Trigger, B. G. 1984. "Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist", *Man* 19, 355-70.
- Trigger, B. G. 1989. *A History of Archaeological Thought* (Cambridge)
- Turner, F. M. 1981. *The Greek Heritage in Victorian Britain* (London).
- Vance, N. 1997. *The Victorians and Ancient Rome* (Oxford).
- Walsh, K. 1997. *The Representation of the Past: museums and heritage in the post-modern world* (Reprint, London).
- Warner, M. 1996. *Monuments & Maidens: the allegory of the female form* (Reprint, London).
- Webster, G. 1978. *Boudica: the British Revolt against Rome AD 60* (London).
- Webster, J. 1996. "Ethnographic barbarity: colonial discourse and 'Celtic Warrior Societies'", in J. Webster and N. Cooper (edd.) *Roman Imperialism: post-colonial perspectives* (Leicester): 111-124.
- Webster, J. 1999. "Here be Dragons! The continuing influence of Roman attitudes to northern Britain", in B. Bevan (ed.) *Northern Exposure: interpretative devolution and the Iron Ages in Britain* (Leicester): 21-32.
- Webster, J. e Cooper, N. (edd.) 1996. *Roman Imperialism: post-colonial perspectives* (Leicester).
- Weigall, A. 1926. *Wanderings in Roman Britain* (London).
- White, D. A. 1971. "Changing Views of the *Adventus Saxonum* in Nineteenth and Twentieth Century English Scholarship," *Journal of the History of Ideas*, 32: 585-94.
- Williams, C. 1999. "'This frantic woman': Boadicea and English neo-classical embarrassment," in M. Wyke and M. Biddiss (edd.) *The Uses and Abuses of Antiquity* (Bern): 19-36.
- Windle, B. C. A. 1897. *Life in early Britain: being an account of the early inhabitants of the island and the memorials which they have left behind them* (London).
- Windle, B. C. A. 1923. *The Romans in Britain* (London).
- Woolf, G. 1998. *Becoming Roman: the origins of provincial civilisation in Gaul* (Cambridge).
- Wyke, M. 1997. *Projecting the past: ancient Rome, cinema and history* (London).
- Wyke, M. 1999. "Sawdust Caesar: Mussolini, Julius Caesar, and the drama of dictatorship", in M. Wyke and M. Biddiss (edd.) *The Uses and Abuses of Antiquity* (Bern): 167-86.
- Wyke, M. e Biddiss, M. 1999. "Introduction: using and abusing antiquity", in M. Wyke and M. Biddiss (edd.) *The Uses and Abuses of Antiquity* (Bern): 13-18.
- Wyke, M. e Biddiss, M. (edd.) 1999 *The Uses and Abuses of Antiquity* (Bern).

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA
REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not
wanted.

3,90

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil
pub_ifch@unicamp.br

Tel.: (0XX 19)3788.1604 / 3788.1603
Telefax (0XX 19) 3788.1589